

# AUGUSTO CASIMIRO: MILITAR, CIDADÃO E ESCRITOR

**Coronel da Força Aérea\***  
**Luís M. Alves de Fraga**

## 1. Introdução

A queda da Monarquia em Portugal foi mais do que uma simples mudança de regime político. Com efeito, os republicanos aspiravam a uma alteração social e cultural que, por certo, iria atingir mais profundamente estruturas que um acto político não tocaria.

A cultura republicana era, acima de tudo, um corte com a tradição ou, se se preferir, com a pior tradição que correspondia à visão retrógrada da sociedade e, consequentemente, da economia e do ensino. O *sonho* republicano foi colocar Portugal a par da Europa, ou seja, fazer avançar a mentalidade e a cultura dos Portugueses para que fossem capazes de aceitar as mudanças que o progresso técnico, desde os finais do século XIX, vinha operando no Velho Continente e nos Estados Unidos da América. Num país onde cerca de 75% da população era analfabeta, ser-se republicano constituía um passo para se pertencer a uma vanguarda social e cultural, mesmo que não se fosse muito letrado — o importante é que se desejava a mudança.

Em Portugal, o Exército, tal como acontecia um pouco por toda a Europa, no começo da segunda década da centúria que agora está a chegar ao seu termo, era um microcosmo que reproduzia de forma muito semelhante o macrocosmo social nacional. Sendo uma força constituída por profissionais, todos os anos incorporava uma larga faixa de recrutas que não sabiam ler nem escrever, mas que, por frequentarem as chamadas *escolas regimentais*, acabavam alfabetizados e, até, capazes de prosseguirem estudos secundários — o que ocorria muito raramente. Ao lado desta tosca mole humana, estavam os oficiais que, desde 1837, para o serem tinham de frequentar a Escola do Exército e, por vezes, a Escola Politécnica. Quer dizer, havia um franco desnível cultural entre os soldados e a oficialidade, existindo de permeio a classe de sargentos que se havia, por trabalho e mérito próprios, destacado das praças sem, contudo, chegarem ao patamar de cultura dos mais graduados. Este conjunto reflectia a sociedade portuguesa onde a grande massa da população tinha a sua correspondência na soldadesca, a média burguesia urbana equivalia aos sargentos e a pequena elite culta comparava-se à oficialidade.

---

\* É membro do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar, Professor da Universidade Autónoma de Lisboa e membro da Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea.

Claro que entre os oficiais do Exército havia diferenças, quer de preparação de base, quer de interesses, quer, até, de posicionamentos políticos; talvez a maioria se limitasse a uma vida rotineira de casa para o quartel e deste para aquela, cumprindo um mínimo das exigências regulamentares, em consonância com os baixos pagamentos que auferia... Até nisso a semelhança entre o Exército e a sociedade nacional era grande pois que a elite civil não era dada a grandes rasgos empreendedores, preferindo a repetição monótona de uma vida supostamente tranquila! Mas, verdade seja, aqueles oficiais que romperam com a repetição cristalizante e cristalizadora acabaram por demarcar-se dentro das fileiras e, até mesmo, no plano nacional.

Interessante será notar que, se, por um lado, na sociedade civil houve um movimento literário associado ao ideal republicano que firmou as suas bases no renascimento da Pátria a partir do saudosismo plasmado nas glórias de um sebastianismo perdido na neblina dos Descobrimentos, também alguns dos oficiais republicanos dados às letras se prenderam na mesma teia sem, contudo, perderem de vista que só a prática actuante poderia revigorar uma sociedade enfraquecida por lutas intestinas e por divisões e desconfianças fundamentadas na religião. Um desses oficiais foi o Capitão de Infantaria Augusto Casimiro dos Santos.

O objectivo deste ensaio é, dando a conhecer a vida pública e a obra de Augusto Casimiro, demonstrar que, como militar e poeta, contribuiu, mesmo com sacrifício da carreira e do seu bem-estar pessoal, para prolongar os ideais republicanos dentro do Estado Novo, muito especialmente como defensor de uma cultura de renascimento nacional e de uma colonização que se encaminhasse para a autonomia dos territórios ultramarinos.

Para tanto, começaremos por analisar sumariamente os seus dados biográficos, em seguida passaremos à descrição sintética da vida militar de Augusto Casimiro dos Santos, depois vamos fixar-nos no seu empenhamento na vida nacional como mero cidadão e, finalmente, estudaremos mais em pormenor, a obra literária que deixou para a posteridade.

## **2. Dados biográficos**

Augusto Casimiro dos Santos nasceu em Amarante em 11 de Maio de 1889; era filho natural de Cândida Rita dos Santos Prego Mester, tendo casado, em 5 de Junho de 1911, com Judite Zuzarte Cortesão, irmã do médico e historiador Jaime Cortesão. Desse casamento nasceram cinco filhos varões: Ângelo, em 17 de Fevereiro de 1912, Pedro, em 17 de Maio de 1921, Jaime, em 12 de Julho de 1923, Mário, em 4 de Maio de 1925 e Augusto, em 4 de Outubro de 1926<sup>1</sup>.

Tal como era costume naquele tempo, com a idade de dezasseis anos, no dia 11 de Agosto de 1905, assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 23, sediado, na

---

<sup>1</sup> Cf. a «Nota dos assentos» incluída no processo Fundo 33, Cx. 441, N.º 1056 Anos de 1929 a 1949 do Arquivo Histórico Militar (AHM).

época, em Coimbra e fazendo parte da 5.<sup>a</sup> Divisão Militar Territorial, que, também, ali tinha a sua sede. Pertenceu a esta unidade até ser promovido a Alferes, no dia 15 de Novembro de 1910, quando concluiu o curso de Infantaria da Escola do Exército.

Não sabemos o que o terá levado a, tão jovem ainda, escolher a carreira das armas, contudo não se estranhará que a causa determinante tenha sido a sua condição de filho natural e muito prováveis carências económicas no seio da família. Se a falta de dinheiro foi uma das causas, ela ter-se-á modificado nos dois ou três anos que se seguiram a ter assentado praça, porque foi nessa altura que, gozando de licença para estudos, frequentou a Universidade de Coimbra; tinha então, entre dezassete e dezanove anos<sup>2</sup>. É nessa época que publicamente se manifestam as suas apetências para a poesia.

Foi promovido a Tenente em 1 de Dezembro de 1914 e a Capitão em 29 de Setembro de 1917, tendo sido demitido em 15 de Abril de 1931, nos termos dos Decretos n.ºs 19.567 e 19.595, respectivamente de 7 e 10 de Abril de 1931 (cujo conteúdo se relaciona com a revolta da Madeira)<sup>3</sup>.

Depois da demissão do Exército, Augusto Casimiro passa a viver da parca pensão de reforma e dos rendimentos que obtinha como jornalista e escritor. Ligado à *Seara Nova*, acabou por dirigi-la na sequência e após a morte de Câmara Reis.

Nos últimos vinte anos de vida ficou mais preso à política e à escrita, sofrendo ainda a perseguição da justiça militar e do aparelho repressivo do Estado Novo.

Morreu, em Lisboa, a 23 de Novembro de 1967. Tinha, então, setenta e oito anos.

### 3. O militar

Pode dizer-se que a vida militar de Augusto Casimiro entre o final do ano de 1910 e o começo de 1914 foi tranquila, passada no seu já conhecido Regimento de Infantaria n.º 23, onde foi Ajudante do 1.º Batalhão. Contudo, no começo do último ano referido, a 22 de Janeiro, embarcou para Angola<sup>4</sup> onde chegou, a Luanda, a 12 de Fevereiro, tendo sido nomeado para auxiliar e comandante da escolta da missão de demarcação da fronteira luso-belga, que actuava, mais exactamente na região de Dilolo. Era, então, Governador Geral de Angola o Major Norton

---

<sup>2</sup> Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa.

<sup>3</sup> Cf. *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano e Empregados Cívicos*, de 1931, pp. 470-471.

<sup>4</sup> Tendo sido graduado em de Tenente, de acordo com a doutrina do Decreto de 14 de Novembro de 1901, que mandava que todos os oficiais do Exército que fossem servir no Exército Colonial assumissem o posto imediato e auferissem uma gratificação pecuniária que, na altura, era compensatória em face dos soldos praticados na Metrópole. É, por conseguinte, admissível que estas magras vantagens fossem incentivo suficiente para quem tinha constituído família havia três anos e tinha já de sustentar um filho.

de Matos. Um ano depois, a 25 de Janeiro, regressou a Portugal «por motivo de doença»<sup>5</sup>. Nessa altura, embarcou no porto do Lobito.

Após a sua apresentação foi novamente mandado para o Regimento de Infantaria n.º 23. Esta situação tornou-se efémera porque, no mês de Junho desse ano de 1915, foi colocado no Colégio Militar, primeiramente como Comandante da 4.ª Companhia e, depois, a 26 de Janeiro, como professor interino do 1.º grupo de disciplinas daquele estabelecimento de ensino.

Pouco tempo durou a experiência lectiva de Augusto Casimiro pois que, sabemos, a 23 de Fevereiro de 1917 embarcou para França com o Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 23 que integrava o Corpo Expedicionário Português (CEP). É em 29 de Setembro desse ano que atinge o posto de Capitão.

Da permanência e comportamento de Augusto Casimiro em França falam os louvores que lhe foram atribuídos e que não resistimos ao imperativo de transcrever<sup>6</sup>:

— *Louvido pelo Comandante do CEP pela inteligência, dedicação e zelo com que ministrou a instrução do 4.º curso da EPOM [Escola Preparatória de Oficiais Milicianos] missão que deixa de exercer a seu pedido para acompanhar a sua Companhia que vai entrar nas trincheiras após 40 dias de permanência à retaguarda.*<sup>7</sup>

— *Louvido porque, como Tenente do CEP, comandou sempre a sua Companhia nas linhas, sendo modelo de coragem, dedicação e entusiasmo, reflectido e sereno no cumprimento dos seus deveres, arriscando a própria vida, sendo tal comissão extraordinária e importante do serviço militar.*<sup>8</sup>

— *Oficial da Ordem de Cristo, porque pertencendo ao Batalhão d'Infantaria n.º 23, do CEP, entusiasticamente se ofereceu em Outubro de 1918, para constituir uma unidade de assal-*

---

<sup>5</sup> Note-se que havia sido promovido ao posto de Tenente do quadro do Exército Metropolitano no dia 1 de Dezembro de 1914. Recorde-se que, também, Norton de Matos, a 30 de Janeiro de 1915, solicitou a sua substituição por estar em desacordo com a ditadura de Pimenta de Castro. Resta-nos perceber se Augusto Casimiro estava de facto doente ou a doença foi um pretexto para acompanhar Norton de Matos numa posição política.

<sup>6</sup> Vamos seguir o texto da já citada «nota dos assentos» de Augusto Casimiro.

<sup>7</sup> Não se sabe a data em que ocorreu esta situação, contudo, o registo do acontecimento é de 28 de Setembro de 1918.

<sup>8</sup> Este louvor, embora não mencionando a data, reporta-se ao comportamento de Augusto Casimiro entre Fevereiro/Março e Setembro de 1917, muito embora nos pareça ter sido elaborado bastante depois desse período, porque só aparece publicado em Portaria de 15 de Julho de 1919.

to<sup>9</sup> a qual tomou parte na última ofensiva como batalhão independente incorporado na 140.<sup>a</sup> Brigada britânica.<sup>10</sup>

— Louvado pelo entusiasmo, dedicação e inteligência e fé patriótica com que preparou a sua Companhia no CEP, a 3.<sup>a</sup> do Batalhão de Infantaria 23, durante o mês de Outubro de 1918, reorganizando-a de forma a muito concorrer para a maneira brilhante como aquele Batalhão cooperou nas operações militares dos últimos dias da guerra.<sup>11</sup>

— Louvado pela competência que demonstrou na confecção do livro intitulado «Nas Trincheiras».<sup>12</sup>

— Louvado pelas providências rápidas e enérgicas que tomou para reprimir o movimento de insubordinação que teve lugar no Batalhão de Infantaria 23 no dia 6 de Outubro de 1918.<sup>13</sup>

— Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, pelas provas de coragem e decisão que deu no dia 14 de Agosto de 1917, obrigando, debaixo de intenso bombardeamento algumas praças que tentavam retirar da 1.<sup>a</sup> linha, devido ao alarme que vinha da esquerda, a permanecer nos seus postos e ainda porque a 5 de Setembro do mesmo ano, manifestou igualmente muita coragem no comando de uma patrulha de combate que teve algumas baixas.<sup>14</sup>

Neste conjunto de louvores ressaltam bem evidentes as qualidades militares de Augusto Casimiro, as quais se podem resumir à inteligência, patriotismo, sentido do dever, coragem, gosto pelas responsabilidades, espírito de corpo e sangue frio. Mas, de uma leitura mais atenta, sobressai o militar sonhador e idealista que vai encontrar na guerra os fundamentos para o envolvimento futuro na acção cívica e política. A guerra foi a forja que avivou e reforçou as convicções do cidadão responsável.

Curiosamente, cotejando a actividade militar de Augusto Casimiro com os dias de ausência do serviço por motivo de doença, verificamos que, até 31 de Dezembro de 1922, teve

---

<sup>9</sup> Deve ter-se em conta que depois da batalha de 9 de Abril de 1918 as tropas de Infantaria do CEP ficaram reduzidas, por decisão do Comando Britânico, a simples «trabalhadores» de pá e picareta com a finalidade de abrirem estradas e trincheiras e fazerem outros trabalhos de reparação próprios das tropas de Engenharia no sector ocupado e defendido pelas forças do Reino Unido.

<sup>10</sup> Esta recompensa foi-lhe concedida em 31 de Julho de 1919.

<sup>11</sup> Também este louvor é publicado por Portaria de 15 de Novembro de 1919.

<sup>12</sup> Este público reconhecimento é datado de 6 de Março de 1920. Trata-se da obra intitulada *Nas Trincheiras (Fortificação e Combate)* que não tem data de edição e da qual são autores o Capitão Mouzinho de Albuquerque e o **Tenente** Augusto Casimiro, facto que quer dizer que foi redigida em França entre 23 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1917.

<sup>13</sup> Este louvor foi-lhe concedido no dia 11 de Janeiro de 1919. Sobre os acontecimentos neste Batalhão e outras unidades do CEP, consulte-se o nosso ensaio intitulado «As Insubordinações Colectivas do Exército Português na Flandres» in *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1991, pp. 73-148.

<sup>14</sup> Esta recompensa foi-lhe atribuída em 10 de Julho de 1920.

somente noventa e seis dias, facto que demonstra que não se refugiou — como muitos o fizeram durante a guerra — em pseudo moléstias para fugir às suas responsabilidades<sup>15</sup>.

Terminado o conflito bélico só regressou a Portugal a 27 de Junho de 1919 e fê-lo ainda em serviço da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. Logo a 23 do mês seguinte foi nomeado vogal da comissão dos trabalhos de preparação histórica do CEP; no último dia desse ano de 1919 regressou de novo a Coimbra por ter sido colocado na 5.<sup>a</sup> Companhia do Regimento de Infantaria 23, mas logo a 20 de Janeiro do ano seguinte passou ao 5.º Grupo de Metralhadoras, tendo frequentado o curso de metralhadoras pesadas com tanto brilhantismo que foi considerado instrutor «muito apto».

A vida militar de Augusto Casimiro decorreu rotineira, embora brilhante<sup>16</sup>, durante cerca de três anos até que, em 30 de Junho de 1923, por força de Decreto dessa data, passa à situação de adido em consequência de requisição do Ministério das Colónias para desempenho de uma comissão de serviço em Angola. Desembarcou em Luanda a 15 de Julho e foi nomeado Chefe da Brigada de Topografia da Missão Portuguesa de Delimitação da Fronteira Luso-Belga. Muito pouco tempo esteve no desempenho desta missão, porque, logo a 13 de Agosto, tomou posse do cargo de Governador do Distrito do Congo. Esta situação mantém-se até 1926, mais em concreto até 12 de Maio, dia em que embarcou para a Metrópole «por ter sido chamado por Sua

---

<sup>15</sup> Aliás, foi exactamente o contrário que aconteceu, segundo se pode ler no *Relatório* de Helder Ribeiro, Comandante do Batalhão de Infantaria n.º 23, datado de 23 de Novembro de 1918: «(...) seja-me ainda permitido realçar a intensa e iluminada fé do Capitão Augusto Casimiro, o primeiro que disputou para o seu Batalhão a honra de ir para a frente, solicitando para tal a alta do hospital da Base onde se encontrava sujeito a um tratamento ainda demorado» (AHM, 1.<sup>a</sup> Div., 35.<sup>a</sup> Sec., Cx. 875, n.º 4).

<sup>16</sup> Na verdade, em Julho de 1921, teve um louvor «por ter desenvolvido todo o interesse e cuidado na preparação e assistência aos seus instruentes o que evidenciou nas diferentes provas a que foram submetidos e ainda na forma como praticaram os exercícios de que foram encarregados no dia 19 de Junho, na festa desportiva militar», em Outubro foi louvado «pelo comando inteligente, proficiente e zeloso que exerceu na Bateria de Metralhadoras do Destacamento Misto de instrução em Mafra». Em Outubro do ano seguinte foi novamente reconhecido o seu mérito nos termos que se seguem: «Louvado pelo inteligente, activo e persistente trabalho que durante quase dois anos desempenhou para o bom êxito da arrojada empresa da sua Divisão, quando fez parte da comissão encarregada de levar a efeito a obra do “Lampadário Monumental” da 5.<sup>a</sup> Divisão do Exército, demonstrando em todas as resoluções da sua iniciativa uma grande elevação de sentimentos patrióticos e decidida vontade de dignificar o Exército Português pela consagração dos seus heróis mortos pela Pátria». Finalmente, em 27 de Junho de 1923, foi louvado «pela muita competência e muito zelo com que sempre desempenhou o lugar de comandante da sua Bateria e pela muita lealdade para com o comandante desta unidade [5.º Grupo de Metralhadoras]».

Deve acrescentar-se que na sessão de 18 de Dezembro de 1922 foi eleito sócio efectivo da *Revista Militar*, tinha, então, 33 anos; foi vogal da Direcção em 1929 e 1930, tendo sido eliminado de sócio, por decisão da Assembleia Geral, em 21 de Dezembro de 1931 e readmitido em 21 de Dezembro de 1936. Cf. Eurico António Sales Grade, «Os Sócios da Revista Militar desde a sua fundação» in *Revista Militar*, n.º 2373, Outubro de 1999, p. 1412.

Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias». Curiosamente, desembarcou em Lisboa quando se viviam os primeiros dias da ditadura militar e, provavelmente, até que se lhe definisse a situação, por Portaria ministerial de 6 de Julho, «foi considerado demorado na Metrópole (...) por um período de seis meses desde a data da apresentação no Ministério das Colónias».

A 1 de Dezembro, no entanto, torna a embarcar para Angola, chegando a Luanda no dia 20. Por conveniência do serviço público foi exonerado do cargo de Governador do Distrito do Congo — o qual «desempenhou com inteligência, zelo e acendrado patriotismo» — passando a exercer, em comissão de serviço, o cargo de Secretário Provincial do Interior, tendo tomado posse em 24 de Dezembro. Dias depois, a 26 de Janeiro, uma Portaria Provincial, nomeava Augusto Casimiro Vice-Presidente do Conselho Executivo, tendo sido Encarregado do Governo de Angola durante a ausência do Alto Comissário Norton de Matos, desde 28 de Janeiro a 7 de Março de 1927. Em 3 de Maio de 1928 embarcou para Lisboa, por ter sido mandado chamar pelo Ministro das Colónias. Uma vez na Metrópole, por Portaria ministerial de 28 de Maio de 1928, foi-lhe concedida a situação de demora por noventa dias, tendo sido, em 10 de Outubro, exonerado do cargo de Secretário Provincial do Interior, por diploma legislativo do Alto Comissário, reconhecendo-se-lhe «inteligência, zelo e competência» no respectivo desempenho<sup>17</sup>. A 12 de Dezembro apresentou-se no Ministério da Guerra.

Da última data em diante os registos passam a ser meramente administrativos e de carácter financeiro com a exclusiva excepção do seguinte lançamento, com efeitos desde 8 de Maio de 1931: «Demitido do efectivo do Exército, nos termos do disposto no art.º 1.º do Decreto n.º 19.567 e 1.º do Decreto n.º 19.595 respectivamente de 7 e 10 de Abril de 1931 (...). Reintegrado no serviço do Exército, ficando na situação de reformado, nos termos do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 26.636, de 25 de Maio de 1936 (...)».

Se considerarmos que a carreira militar de Augusto Casimiro acabou, de facto, a 8 de Maio de 1931, ou seja, que durou vinte e cinco anos e meio, verificamos que neste tempo ele foi agraciado com as seguintes condecorações: *medalha militar de prata de comportamento exemplar* (1918), *cavaleiro da Ordem de S. Tiago de Espada* (1919), *medalha militar de prata de bons serviços* (1919), *oficial da Ordem de Cristo* (1919), *medalha militar de prata de bons serviços, letra G* (1919), *medalha de «Solidariedade» concedida pelo Presidente da República do Panamá* (1920), *Military Cross, concedida pelo rei de Inglaterra* (1920), *Cruz de Guerra de 3.ª classe* (1920), *medalha militar de ouro de bons serviços, letra C de prata* (1920), *Legião de Honra — grau de cavaleiro — concedida pelo Governo francês* (1920), *Ordem Militar da Torre e Espada, colectiva* (1920), *oficial da Ordem Militar de Avis* (1921).

---

<sup>17</sup> O texto completo é o seguinte: «Louvado por Portaria Provincial de 22 de Março de 1928, pela dedicação, inteligência, lealdade e zelo com que tem desempenhado as difíceis e delicadas funções de Secretário Provincial do Interior, Vice-Presidente do Conselho executivo e Encarregado do governo Geral».

Era invejável a quantidade e qualidade das veneras que ornavam o peito de Augusto Casimiro. No fundo, elas identificavam-no na sua grandeza de alma de militar idealista e heróico conforme nos é possível perceber quando apreciamos algumas das suas obras literárias.

#### 4. O cidadão

Não sabemos o que terá feito de Augusto Casimiro um republicano, mas temos consciência — pela leitura da sua obra poética e dos primeiros ensaios — que deverá ter despontado plenamente para esse ideário político já depois da proclamação da República. Com efeito, é só a partir de 1912 que são editados pela «Renascença Portuguesa» os seus livros de poemas e de prosa<sup>18</sup>; antes deste ano, há três livros todos eles editados em Coimbra<sup>19</sup>.

Se as datas das edições nos ajudam na conclusão, melhor se percebe o nascer para a política depois de 1912, pela leitura do conteúdo da sua obra poética publicada nesses anos longínquos. Na verdade, o livro intitulado *Primavera de Deus* (1915) inclui inúmeros poemas datados de 1910 e 1911 cuja temática é essencialmente o Amor; são já só os poemas de 1912 que começam a apresentar um conteúdo de pendor político o qual se vai identificar plenamente com o espírito da «Renascença Portuguesa» na pequenina obra intitulada *A Primeira Nau*.

Curiosamente, é também pelas datas das edições dos seus livros que podemos concluir quando se operam as suas viragens do patriotismo saudosista da «Renascença Portuguesa» para o patriotismo pragmático da «Seara Nova». Realmente, entre 1912 e 1920, Augusto Casimiro enriquece a «Renascença» com seis títulos; no entanto, em 1919 já edita fora da «Renascença»<sup>20</sup> o ensaio *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Guerra)*; no ano seguinte, 1921, publica um opúsculo na Coimbra Editora e outro na Vianna & Dias, em 1922, escolhe como editor a Tipografia Rodrigues & Luz para dar à estampa a obra *A educação popular e a poesia*, todavia, nesse mesmo ano com a chancela da «Seara Nova» saem já dois livros: *Portugal na Guerra do Mundo - I - 1914 Naulila* e *O Livro dos Cavaleiros*. Deste modo, parece aceitável, na falta de outros testemunhos mais fidedignos, que possamos traçar o percurso ideo-político da seguinte forma, até à sua adesão à «Seara Nova»: era um poeta sem exageradas preocupações políticas, até cerca de 1912; neste ano, prende-se ao grupo da «Renascença Portuguesa» e passa a

---

<sup>18</sup> Tratam-se dos livros de poemas intitulados *A Primeira Nau* (1912), *À Catalunha (Vozes de Portugal)* (1914), *Primavera de Deus* (1915), e das obras em prosa *Nas Trincheiras (Fortificações e Combate)* (s. d., mas, muito provavelmente, de 1917 ou 1918 — veja-se o louvor que recebeu pela publicação desta obra), *Nas Trincheiras da Flandres* (1919), e *Calvários da Flandres* (1918) (1920).

<sup>19</sup> *A Vitória do Homem*, Livraria Moderna (1910), *A Tentação do Mar*, Coimbra, Typ. Auxiliar d'Escritório, (1911). Há um outro livro anterior — *Para a vida* — que não tivemos oportunidade de consultar e que foi editado em 1906, em Coimbra, pela Livraria Académica, segundo a informação contida no *Dicionário de Literatura*, (dir. Jacinto do Prado Coelho) 3.<sup>a</sup> ed., 4.<sup>o</sup> vol., p. 1007.

<sup>20</sup> Na Livraria Chardron.



identificar-se claramente com uma República que sonhava a glória do retorno aos tempos áureos, onde impera o saudosismo e o espírito sebastianista. Este ideal simultaneamente estético e político manteve-o Augusto Casimiro nos campos de batalha da Flandres, servindo-lhe de esteio para as manifestações do mais elevado patriotismo com as quais se compensou dos sofrimentos vividos como, também, animou alguns camaradas de armas. Depois do regresso a Portugal terá começado a ocorrer uma suave mutação que o colocou numa espécie de nimbo ideológico e político entre os anos de 1919 e 1922. Nesta última data adere de alma e coração ao grupo e ao espírito da «Seara Nova» e por lá fica, tanto quanto sabemos, até morrer.

Como já tivemos oportunidade de referir, a vida de Augusto de Casimiro, depois de regressar de França, em 1919, terá decorrido calma e tranquila até 1923, ano em que embarcou para Angola. Aí começará, verdadeiramente, a sua actividade de homem público, embora confinado aos limites, então estreitos, de uma província ultramarina. O soldado condutor de homens passou a ser o político administrador. Tratou-se de uma viragem que o obrigou, por certo, a ter de alargar horizontes, a ter de ver o mundo e a vida com olhos críticos mais amplos. Nessa transmutação terá tido um papel relevante a figura de um outro militar, político e grande cidadão que foi Norton de Matos o qual exerceu o cargo de Alto Comissário em Angola entre 1921 e 1924. Foi da sua estadia neste território que terão nascido em Augusto Casimiro os conceitos sobre acção colonizadora que tão bem expôs, mais tarde, na sua obra de ficcionista e de ensaísta.

A partir de 1928, ano em que regressou a Portugal vindo de Angola, terá desempenhado funções militares distantes dos envolvimento a que estava já habituado pela prática de governo. Pouco ou nada sabemos, quer como militar quer como cidadão, desse período que vai até 21 de Julho de 1930, data em que Augusto Casimiro assina uma declaração que tem interesse transcrever:

*É inteiramente falso o primeiro quesito<sup>21</sup>. A minha atitude posterior dispensa qualquer outra afirmação justificativa.*

*Essa atitude está plenamente documentada nos artigos que publiquei na imprensa e nos documentos que, em Maio de 1930, pus nas mãos do meu Excelentíssimo Camarada Senhor Coronel Namorado de Aguiar, actual ministro da Guerra. Reporto-me e confio no julgamento e opinião de S. Ex.<sup>a</sup>.*

*Julgo do meu dever afirmar ainda a minha convicção absoluta de que nenhum movimento se preparava e estava iminente quando fomos presos. Fiz essa informação terminante, sob palavra de honra, às 16 h de 17, por ser minha convicção pessoal que, apesar de estranho a qualquer conspiração, teria fatalmente qualquer indicação desse facto, se fosse verdadeiro.*

*Pedi ao meu Camarada Sr. T. Coronel João Luiz de Moura, a quem ela foi feita, usasse dela em termos de evitar qualquer procedimento precipitado que mal serviria, em última análise, a situação. Aconselhou-me me dirigisse a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra e do Interior, — o que não fiz.*

*Após três dias de convívio com os meus camaradas presos na Fragata D. Fernando, e porque me foi dito que este documento vai ser apreciado por S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra, — mantenho em absoluto, e sob minha palavra de honra, a mesma afirmação.*

---

<sup>21</sup> Desconhecemos inteiramente do que se trata.

*Lisboa, Bordo da fragata D. Fernando*  
*21 de Julho de 1930*  
*Ass.) Augusto Casimiro*  
*Cap. Inf.<sup>22</sup>*

Como se vê, Augusto Casimiro era já no meio do ano de 1930 um indivíduo marcado e perseguido politicamente e enredado nas teias conspirativas contra a Ditadura Militar. Esse facto devia-se, naturalmente, à sua discordância da situação política que vigorava desde havia quatro anos. Curiosamente, afirmando-se fora de qualquer movimento tendente a derrubar o regime, não nega que se ele existisse teria conhecimento do mesmo, o que, afinal, o coloca como um conspirador potencial.

Não sabemos o que aconteceu entre 21 de Julho de 1930 e os primeiros dias de Fevereiro de 1931; contudo, datados de 5 desse mês topamos com uns quesitos elaborados pelo Coronel João de Azevedo Monteiro Ramos, Comandante do Grupo de Artilharia Pesada 1 (G. A. P. 1) que lhe são dirigidos<sup>23</sup>. Para os compreendermos teremos de, pelo menos vagamente, fazer referência ao ambiente político-militar que se vivia no final do ano de 1930 e começo de 1931, em Portugal.

No mês de Dezembro dos primeiros dos anos mencionados foi apreendido diverso armamento que, segundo parece, entrou no país por conviência de funcionários das alfândegas<sup>24</sup> e se destinava a um movimento revolucionário que deveria ocorrer no final do ano. Esta acção foi anulada devido aos esforços do Tenente Brás Vieira, Director da Polícia de Informações, mas, no entanto, no começo do ano seguinte os boatos continuaram e constaria que estava para breve a queda do Governo e, até mesmo, a queda da Ditadura. Não tendo acontecido nenhuma das alterações da ordem que tão insistentemente circulavam, houve, no entanto, uma pequena remodelação ministerial que atingiu o Coronel Namorado de Aguiar na pasta da Guerra<sup>25</sup>.

Voltemos aos quesitos entregues ao Capitão Augusto Casimiro que, ao tempo, estava preso no Forte de S. Julião da Barra. Esta detenção era uma consequência dos rumores de revolta que corriam em Lisboa.

Eram cinco as perguntas:

- 1.ª É adverso à Ditadura Militar?*
- 2.ª Empregou publicamente a sua eloquência na propaganda contra o Governo com incitamento à revolução?*
- 3.ª Referiu-se porventura menos respeitosamente a alguns membros do Governo da Ditadura?*

---

<sup>22</sup> Cf. o proc.º já mencionado do AHM.

<sup>23</sup> Cf. o proc.º já mencionado do AHM.

<sup>24</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1997, pp. 194-195.

<sup>25</sup> Cf. Idem, *Op. cit.*, pp. 196-197.

4.<sup>a</sup> *Participou dos preparativos para um projectado Golpe de Estado tendente a derrubar o actual Governo?*

5.<sup>a</sup> *Há qualquer circunstância, ou pormenor, não incluído nas anteriores perguntas, que, em sua defesa, entenda dever aduzir?*

Não vamos transcrever na íntegra as respostas, por serem longas, mas vamos resumi-las:

À primeira pergunta, Augusto Casimiro começa por afirmar: «Sou adverso, porque sou militar, a todas as ditaduras e, principalmente a ditaduras militares que somente se podem manter longamente através da inevitável deformação do espírito militar». Depois, já usando dos artifícios que a intransigência política obriga, faz a apologia do movimento militar de 28 de Maio de 1926, enquanto ditadura transitória, e conclui com a ambiguidade que a sua inteligência impunha para fugir às garras do Poder: «*Não posso dar a minha solidariedade, como soldado a qualquer orientação política sectária que, dentro ou fora da ditadura militar, provoque o regresso à situação política anterior ao 28 de Maio de 1926 ou o acesso a uma solução unilateral, sectária, insustentável*<sup>26</sup> *perante o exército e o País e fatalmente nociva aos interesses nacionais.*»<sup>27</sup>

Note-se como Casimiro dos Santos, inteligentemente, liga o começo da resposta ao final, isto é, como se declara adverso à Ditadura Militar e a uma solução política que não tenha fundamento na prática democrática; a frontalidade já tinha sido deixada para trás, porque começava-se a aprender a viver com a opressão e a falar por meias palavras.

Quanto à segunda pergunta refugia-se no facto de ser um «modesto orador» e de sempre ter dado conhecimento ao Ministro da Guerra das suas intervenções públicas as quais mereceram, quer de membros do Governo, quer de outras autoridades militares ou civis, aplauso e simpatia. De resto, afirma-se defensor de soluções não violentas, muito embora não negue a possibilidade de tomar parte nelas como se vê na seguinte passagem: «Dentro da Pátria, contra concidadãos, a violência é a *ultima ratio*.» Afirma-se contra o «malfadado ciclo das revoluções políticas».

À terceira pergunta, nega que alguma vez tenha sido menos respeitoso referindo-se a membros do Governo, e diz: «Fui informado ontem que me atribuem ter chamado epiléptico, em público, ao Sr. Ministro do Interior. É falso.»

Na quarta pergunta, Augusto Casimiro, além de negar o conhecimento da existência da preparação de qualquer golpe de Estado, avança um dado muito curioso, porque confirma a existência de dissidências dentro do grupo de homens que conduziam a política de então, dissidências que eram significativas e que provam que já neste ano de 1930 era Salazar ou, no mínimo, uma corrente que lhe era favorável, quem detinha as rédeas do Poder. Dizia: «*Sei que alguns camaradas, com os quais me solidarizo, desejam que a ditadura militar orientasse a sua política de acordo com os Altos Comandos, ouvindo-os, e preparando, de acordo com eles, um prudente*

---

<sup>26</sup> Note-se que nesta data já se tinham lançado as bases da União Nacional, ou seja, já se tinha anulado a hipótese da existência livre dos partidos políticos e aceitava-se a existência de um único partido. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. cit.*, p. 196.

<sup>27</sup> Sublinhado da nossa autoria.

*regresso à normalidade constitucional* que progressivamente, sem perigo para a ordem pública, libertasse o exército, prestigiando-o, do pesado encargo que as circunstâncias lhe impuseram em 1926.»<sup>28</sup>

A resposta à quinta pergunta exige uma transcrição mais longa, porque nos dá a dimensão da envolvimento de Augusto Casimiro no quadro do conflito, então, existente e, ao mesmo tempo, nos explica esse mesmo quadro.

*Sem qualquer ligação ou compromisso revolucionário, transacionista ou situacionista, fui surpreendido, em 22 de Dezembro de 1930, por uma carta de dois Camaradas presos no Aljube por motivos políticos: o tenente Correia<sup>29</sup>, meu camarada da Flandres, em Infantaria 23, - e o Capitão Alfredo Chaves<sup>30</sup> que só no Aljube conheci pessoalmente. Pediam-me nessa carta, de acordo com uma terceira pessoa que era o Director da Polícia de Informações, Tenente Brás Vieira, e invocando as minhas conhecidas ideias<sup>31</sup> e a ideia exagerada que faziam do meu patriotismo<sup>32</sup>, comparecesse no Aljube e me encarregasse de uma determinada missão, do mais alto e simpático significado, diziam: - facilitar os termos duma solução conciliatória entre o Governo e os seus adversários revolucionários. Fui ao Aljube. Das entrevistas realizadas com aqueles oficiais presos e o director da Polícia de Informações, Tenente Brás Vieira, resultou eu aceitar o encargo que me propunham, embora com dúvidas quanto às possibilidades de certas diligências, em especial aquelas a fazer junto de presumíveis chefes revolucionários. Por indicação ou com conhecimento daqueles três oficiais procurei avistar-me, entre os elementos não revolucionários<sup>33</sup>, com os Exmos. Generais Norton de Matos e Farinha Beirão; expus-lhes a missão que aceitara; pedi-lhes a sua opinião, como a de pessoas que muito considero e cuja honradez e probidade e brio militar são para mim exemplos. Entre os elementos revolucionários, ao fim de aborrecidas e irritantes tentativas e demarches [sic], consegui avistar-me com alguns chefes militares. Em 30 de Dezembro, pelas 15 h, expliquei ao Sr. Director da Polícia de Informações e aos nossos camaradas presos as conclusões a que chegara. Primeiro aquele [o*

---

<sup>28</sup> Sublinhado da nossa autoria.

<sup>29</sup> Deve tratar-se do Tenente Manuel António Correia que, com o Capitão Alfredo Chaves já haviam sido demitidos do Exército e tinham passado à situação de clandestinidade, tendo, muito provavelmente, sido presos por esta data. Cf. Luís Farinha, *O Reviralhismo — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 121-122.

<sup>30</sup> Que, tal como Augusto Casimiro, não foi abrangido pela amnistia de 5 de Dezembro de 1932. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Op. cit.*, p. 245.

<sup>31</sup> Quer dizer, podemos ter como certo que Augusto Casimiro em Dezembro de 1930, ou seja, dois anos e meio após ter regressado de Angola, era já conhecido nos meios militares como elemento contrário à Ditadura.

<sup>32</sup> Note-se que essa fama vinha-lhe já do tempo da permanência na Flandres, em 1918, quando propôs ao General Garcia Rosado, Comandante do CEP, a organização de algumas unidades — Batalhões — para tomarem parte activa nas operações finais da Guerra; essa proposta fundamentou-a na necessidade de honrar Portugal e o esforço que se havia feito para tomar parte no conflito armado como medida cautelar da soberania portuguesa sobre os territórios coloniais africanos.

<sup>33</sup> O sublinhado é da nossa autoria.

Tenente Brás Vieira] *declarou-me ter posto ao facto do que se passava o Senhor Chefe do Gabinete do Interior [sic] e um outro membro do Governo*<sup>34</sup>. *Aquelas conclusões eram as seguintes: - Os chefes ou elementos revolucionários com quem conseguira avistar-me declaravam não poder tomar qualquer compromisso, em curto prazo, mas declaravam aguardar que o Governo da Ditadura tomasse a iniciativa de actos que, vindo ao encontro das principais determinantes da revolução, restaurando as liberdades públicas suspensas, possibilitasse oportunos compromissos ou os dispensasse, por desarmar e tornar impossível qualquer revolução*<sup>35</sup>.

*Em 31 recebi uma carta do Exm.º General Senhor Norton de Matos*<sup>36</sup> *em que Sua Excelência, por sua iniciativa, expunha o seu ponto de vista pessoal sobre uma desejada e possível política de pacificação*<sup>37</sup>.

*Tirei cópia das alíneas-bases expostas nessa carta. Enviei imediatamente essa Carta, o próprio original, a Sua Ex.ª o Ministro da Guerra, com uma carta minha em que prestava homenagem ao seu patriotismo e à sua lealdade para com o Governo de que fazia parte. Enviei aquela cópia ao Ex.º General Farinha Beirão dizendo-lhe que a realização presente, oportuna, mas sincera daquelas bases desarmaria, tornaria impossível qualquer revolução. Como me constasse se fazia uma tendenciosa apreciação, tendenciosa ou imperfeita, da carta de Sua Excelência o General Norton de Matos, pedi a um Senhor Oficial General procurasse explicar o sentido pessoal, em coisa alguma imperativo, daquele nobre, oportuno e patriótico documento, junto de S. Ex.ª o Ministro da Guerra. Essa diligência foi feita em 3 de Janeiro junto deste titular e do Senhor Ministro do Interior.*

Embora longa esta transcrição lança luz sobre o período de instabilidade que se viveu no final do ano de 1930 e, também, ajuda a perceber o estofo moral de Augusto Casimiro que, arriscando, como arriscou, a liberdade e o bem-estar se envolveu numa situação que, segundo as suas próprias palavras, lhe era alheia. Este depoimento ajuda-nos a perceber a dimensão do cidadão que ele era no começo da década de 30.

Prosseguindo ainda na análise do documento a que nos vimos reportando, o Capitão Augusto Casimiro passa a tecer comentários quanto à sua prisão que, segundo afirma, estava decidida, «pelo menos», desde o dia 14 de Janeiro (e efectuou-se a 18) em consequência de uma carta que tinha sido apreendida a um oficial da guarnição de Braga, de nome José Pereira de Carvalho, que lhe fazia referência; «Referir-se-á ela [a carta] a mim? É possível. Há muitos doidos

---

<sup>34</sup> Terá sido Salazar? Ou o Ministro da Guerra?

<sup>35</sup> Augusto Casimiro tinha escrito «impossível a revolução», mas riscou o artigo para dar a redacção que transcrevemos.

<sup>36</sup> Cf. Luís Farinha, *O Reviralhismo — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 121. Este investigador não se apercebeu do papel de Augusto Casimiro como mero intermediário, parecendo atribuir-lhe uma importância revolucionária que, afinal, parece não ter tido nesta fase.

<sup>37</sup> Note-se o papel de charneira que Norton de Matos desempenha nesta ocasião, deixando antever que tinha contactos muito próximos com os conspiradores ou *revolucionários*, assumindo-se, nesta ocasião, como porta-voz dos seus objectivos.

ou parvos em Portugal a escrever cartas ou a imaginar tolices». Mas logo afirma com segurança: «A minha prisão é determinada por outras causas, suponho. Elas não estão expressas nos quesitos a que respondo. Devem ser as da insuficiente ou desorientada apreciação da minha intervenção a pedido do Sr. Director, *demitido*<sup>38</sup>, da polícia de Informações e que atrás refiro.»

Augusto Casimiro, para terminar as suas declarações dá como testemunhas de defesa, nada mais nada menos, os Ministros da Guerra e do Interior, respectivamente, Coronéis Namorado de Aguiar e Lopes Mateus, o Capitão Amadeu de Figueiredo, Chefe de Gabinete do Ministro do Interior e o General Farinha Beirão, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana.

Cotejemos, agora, este documento com a situação, tal qual no-la descreve Joaquim Veríssimo Serrão.

Este historiador, em nota de rodapé, refere que na página 4451 do *Diário do Governo*, II Série, n.º 301, de 26 de Dezembro de 1930, o Tenente Brás Vieira foi louvado pelo Ministro do Interior por «mais uma vez fazerem abortar [ele e o Capitão Francisco Baleizão do Passo] todas as tentativas sediciosas dos inimigos da Situação Militar e do regime»<sup>39</sup>, contudo, como vimos, Augusto Casimiro dá-o como demitido já em 5 de Fevereiro de 1931. Parece, poderemos concluir que o louvor foi a forma *elegante* de afastar quem se havia permitido entrar em negociações e comprometer, até, o Governo com *revolucionários*. Mas não termina aqui a possibilidade de tirar conclusões. Com efeito, afirma Augusto Casimiro que foi preso no dia 18 de Janeiro de 1931<sup>40</sup> e diz Joaquim Veríssimo Serrão que, nesse mesmo dia, o Governo fazia publicar uma nota oficiosa onde declarava: «1.º A ditadura *repele absolutamente qualquer ideia de entendimento para a formação de ministérios chamados de transição, ou para o regresso ao sistema removido pelo Exército e pela Armada em 28 de Maio de 1926; (...)*»<sup>41</sup>. Como já dissemos, nesse mesmo mês de Janeiro, houve uma remodelação ministerial que atingiu, em particular o Ministro da Guerra, Coronel Namorado de Aguiar, o qual foi substituído pelo Coronel Júlio Alberto Schiappa de Azevedo, que exercia o cargo de Comandante da 1.ª Região Militar. Ora, nessa época, competia aos comandantes das Regiões Militares colaborar com o Ministério do Interior na repressão das chamadas alterações da ordem pública. Como é evidente, a lógica da substituição foi a de trazer ao Ministério da Guerra, onde se geravam as contestações à continuidade da ditadura, um oficial que estava habituado à ideia de reprimir em favor da situação.

Podemos ainda concluir que o Coronel Lopes Mateus continuou na pasta do Interior provavelmente à custa, entre outros, do Director da Polícia de Informações, sobre quem terá recaído o odioso dos entendimentos com contestatários da situação política.

---

<sup>38</sup> Sublinhado da nossa autoria.

<sup>39</sup> Cf. *Op. cit.*, p. 195.

<sup>40</sup> Com ele foram presos outros oficiais, como se depreende da sua afirmação no documento em apreço: «As prisões de 18, dos oficiais que comigo aqui se encontram, foram determinadas, (...)».

<sup>41</sup> *Op. cit.*, p. 196. Sublinhado nosso.

Para terminar este cotejo, será interessante verificar que é, pelo menos, a segunda vez que Augusto Casimiro desempenha um papel secundário e quase despercebido, mas importante, em situações de relevo significativo: a primeira, quando o Comandante do CEP tomou a decisão de mandar organizar alguns Batalhões para tomarem parte na última fase das operações de guerra, em França; a segunda, quando a Ditadura Militar correu o risco de ser derrubada por uma acção revolucionária, em Dezembro de 1930.

Na sequência da prisão, em Janeiro de 1931, embora sem documentos que expliquem como e porquê, sabemos que o Capitão Augusto Casimiro foi deportado, com residência obrigatória, para a Ilha da Madeira<sup>42</sup> e que ali tomou parte na revolta que teve lugar no mês de Abril; nesse evento, de alto significado na luta contra a Ditadura Militar, fez parte da Junta Governativa presidida pelo General Sousa Dias<sup>43</sup>. A consequência foi a demissão do Exército por força dos Decretos n.º 19.594 e 19.595 de 15 de Abril e, uma vez mais, a deportação por quatro anos, agora, para Cabo Verde.

Em Maio de 1936, de acordo com o Decreto-Lei n.º 26.636, foi amnistiado, tendo requerido a reintegração no Exército e, como «Não consta que desenvolva qualquer actividade política de carácter revolucionário ou de hostilidade à actual situação»<sup>44</sup>, foi reintegrado no Exército, mas na situação de reforma. Era o mínimo para não deixar morrer à mingua de rendimentos quem, sendo militar de corpo inteiro, tinha uma folha de serviços altamente meritória.

A vida pública de Augusto Casimiro desenrolou-se, dos anos de 1935 e 1936 até 1949, confinada à actividade de jornalista e, provavelmente, ligada aos diferentes movimentos democráticos de oposição ao Estado Novo<sup>45</sup>. Nesta última data, de novo ele e o Exército entram em colisão disciplinar demonstrativa do perfil de cidadão do antigo combatente da Flandres e da perfídia do sistema repressivo implantado desde 1926 em Portugal. Situemo-nos na época.

Óscar Fragoso Carmona, Presidente da República desde 25 de Março de 1928, de acordo com o disposto na Constituição Política de 1933, foi reeleito, em votação de «colégio eleitoral

---

<sup>42</sup> No proc.º do AHM a que nos temos atido figura um documento datado de 18 de Fevereiro de 1931, com assinatura irreconhecível que diz: «Capitão de Infantaria Augusto Casimiro - Por ser declaradamente adversário da Ditadura Militar, empregando publicamente a sua eloquência na propaganda contra o Governo, incitando à revolução e referir-se em termos menos respeitosa a alguns membros do Governo, e ainda por ter participação no projectado golpe de Estado para derrubar o actual Governo.»

<sup>43</sup> Veja-se a fotografia dos elementos da Junta em *História de Portugal — Volume XIII — O «Estado Novo» — II Opressão e resistência* (dir. João Medina), Amadora, Clube Internacional do Livro, s. d. (1995?), p. 248.

<sup>44</sup> Informa o oficial adjunto da Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra, Capitão Sacramento Monteiro.

<sup>45</sup> Para conhecer melhor esses envolvimento, seria de toda a conveniência a consulta aos arquivos da PIDE/DGS e do Ministério do Interior o que deixamos para melhor oportunidade.

de cidadãos eleitores»<sup>46</sup> em 1935 e 1942, sem a concorrência de qualquer candidato da oposição; todavia, em 1949, na sequência do final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e da convicção de que o tempo das ditaduras havia desaparecido com a derrota do fascismo e do nazismo, a oposição democrática decidiu apresentar o General Norton de Matos como candidato ao acto eleitoral.

Este oficial gozava de uma larga simpatia em toda a oposição, em especial a que vinha do tempo da 1.<sup>a</sup> República, pelo prestígio associado ao seu desempenho do cargo de Alto Comissário em Angola — onde deixou obra colonizadora reconhecida por todos —, às funções de Ministro da Guerra que rapidamente preparou o Exército para entrar em campanha na Europa, em 1917 e, finalmente, como Grão-Mestre da Maçonaria até à ilegalização desta pelo Governo do Estado Novo. Era, como antes já afirmámos, um homem com amplas ligações ao Exército e à sociedade civil, que tinha alcançado prestígio internacional quando desempenhou funções na Conferência da Paz, em 1919, e foi Embaixador de Portugal no Reino Unido; não era uma figura apagada e desconhecida, nem dos portugueses nem dos estrangeiros, como alguns dos mais destacadados membros da governação, em 1928.

A campanha de propaganda eleitoral iniciou-se no dia 1 de Janeiro e terminou a 13 de Fevereiro de 1949 — data da votação —, mas, durante este período assaz curto para um país que vivia no sistema de censura prévia, continuaram a fazer-se sentir as ameaças sobre todos os que, de alguma forma, se manifestavam favoráveis à eleição do candidato da oposição. Isso mesmo aconteceu com Augusto Casimiro.

Desconhecemos o grau de envolvimento que teve na candidatura do General Norton de Matos, no entanto, deveria fazer parte do grupo que com ele mais de perto trabalhava, porque, pelo menos num comício público ficou sentado na mesa à qual presidia aquele oficial general. Era, por certo, um dos homens de confiança do candidato oposicionista. Por essa razão — e não pelas que constam na redacção da punição — foi militarmente castigado com trinta dias de prisão disciplinar agravada, pena que lhe foi imposta pelo Ministro da Guerra, Santos Costa. Passemos aos factos que estão contidos no processo disciplinar<sup>47</sup> que em nada desmerece, quanto às conclusões e aos requintes de mesquinhez, dos do Tribunal da Santa Inquisição.

Tudo começa com um discurso pronunciado por Norton de Matos na cidade do Porto, na tarde de 23 de Janeiro de 1949. Nessa peça oratória — que foi previamente redigida — o candidato defende-se de uma qualquer acusação de Oliveira Salazar e afirma, a dado passo: «Porque me ofendeu então? Terá no seu último minuto de vida pública, política, de me pedir desculpa, a mim e a todos os seus adversários políticos».

---

<sup>46</sup> Cf. «Eleições para a presidência da República» in *Dicionário Histórico do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 291.

<sup>47</sup> Faz parte do proc.<sup>o</sup> referido e existente no AHM. As averiguações e conclusões respectivas foram conduzidas e tiradas pelo Tenente-Coronel, na situação de reserva, Ricardo Vaz Monteiro, que se mostra tortuoso e «bem formado» no espírito persecutório que o Estado Novo criou e desenvolveu em certos elementos das Forças Armadas.



Os matutinos da capital *Diário Popular* e *Diário de Lisboa* excluem as palavras «pública, política», enquanto o *República* — jornal com fortes e constantes ligações à oposição — inclui a palavra «política». O *Diário da Manhã* do dia seguinte — periódico afecto ao Estado Novo — com base nas transcrições dos dois primeiros matutinos, dava uma interpretação a esta passagem do discurso que certamente nunca esteve na imaginação de quem o escreveu e, menos ainda, na do General Norton de Matos, que o leu. Essa interpretação apontava para colocar o candidato da oposição no lugar de incitador à eliminação física do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

No dia 25 de Janeiro, Santos Costa recebeu, no Ministério, cumprimentos de todos os comandantes de unidades, de oficiais da guarnição militar de Lisboa, do general Governador Militar de Lisboa, dos generais comandantes das Regiões Militares e de outros oficiais generais. Usou da palavra o Governador Militar de Lisboa e o Ministro da Guerra quando lhe respondeu fez clara referência à frase que distorcidamente havia sido transcrita e «recomendou atenção aos senhores oficiais e proferiu palavras que, naquele momento de inquietação, se tornava necessário serem ouvidas pelos portugueses para se restabelecerem a calma e a serenidade públicas.»

No dia 30 de Janeiro, Augusto Casimiro, em Torres Vedras, terminou um discurso que ali foi proferir com as seguintes palavras, que transcrevemos na íntegra:

*Quero assumir perante a minha consciência, e a consciência honrada dos meus bons camaradas do Exército Português, esta responsabilidade: ao terminar este discurso sereno em que não há uma palavra de injustiça ou de represália, — citando as palavras dorida e ainda generosas de S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor General Norton de Matos, e que eu ouvi, mais perto dele que ninguém, naquela tarde já histórica de 23 de Janeiro, no Porto, — referindo-se a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho.*

*“— Porque me ofendeu então S. Ex.<sup>a</sup>?”*

*— Terá, antes do seu último minuto de vida pública, política, de me pedir desculpa, a mim e a todos os seus adversários políticos!”*<sup>48</sup>

*Estas palavras, repito, ouvi-as eu próprio. Correspondem à nobreza, à isenção, ao patriotismo que sempre vi, nas horas mais graves, dominarem, orientarem as palavras e actos do Sr. General.*

*Lábios precipitados e envenenados insinuaram junto do meu [Exm.<sup>o</sup> Augusto Casimiro riscou] Camarada, Senhor Ministro da Guerra, (fazendo-o esquecer das suas graves responsabilidades políticas perante o Exército e a Nação — ,<sup>49</sup>) uma versão falsa daquela afirmação dorida, altiva e, no entanto ainda generosa.*

*Soldado português, homem honrado, — protesto e acuso. Já o fiz junto de Sua Excelência o Sr. Presidente do Conselho. Acuso e espero.*

*E aqui deixo a minha homenagem ao exército Português, mais uma vez vítima de uma baixa intriga política, — aos meus camaradas que não são fas-*

---

<sup>48</sup> Sublinhado da autoria de Augusto Casimiro.

<sup>49</sup> Segundo Augusto Casimiro, o texto entre parênteses não o leu «em virtude de me estar dirigindo a uma assembleia civil».

*cistas nem comunistas<sup>50</sup>, — soldados apenas, e que, nesta hora grave da existência do País, têm os olhos postos da Pátria, acima de tudo fiéis a Portugal e ao seu dever!*

É este pedaço de prosa que vai conduzir a um longo processo escrito com mais de vinte e cinco páginas e que culmina na decisão de punir o seu autor através de torpes insinuações e despidoradas interpretações.

A 6 de Fevereiro os periódicos publicaram uma carta do General Norton de Matos dirigida a Oliveira Salazar «na qual este Exm.º Senhor General confirmou o que escreveu no seu discurso lido na cidade do Porto: “Terá, antes do seu último momento de vida, de me pedir desculpa ...”». O candidato, estranhamente, mantém precisa a afirmação que havia sido tão amplamente atacada pelos mais fervorosos próceres da Situação.

Augusto Casimiro quando fez o seu discurso em Torres Vedras teve o cuidado de redigir o final, que transcrevemos, para o entregar ao Tenente da Guarda Nacional Republicana, Carlos Manuel Barão Pinto, que assistia à sessão como representante do Governador Civil de Lisboa com a finalidade de este dar conhecimento ao Ministro do Interior e, na sequência, ao da Guerra. Curiosamente, e com as hesitações naturais para a época e momento, este confirma por escrito que Augusto Casimiro ao referir-se ao Exército «só teve palavras de elogio às qualidades do soldado português» e que quando falou de Santos Costa «apenas o fez uma vez, (...), para afirmar que Sua excelência era seu amigo pessoal».

É o próprio Ministro da Guerra quem determina que seja dado início a um processo disciplinar contra Augusto Casimiro e quem lhe aplica a pena que culmina o mais deturpado inquérito sobre uma verdade, que estava à partida demonstrada por si própria. Será interessante notar, antes de transcrevermos a redacção da punição, que houve uma certa contradição de atitudes entre as acções de Norton de Matos e as de Augusto Casimiro. Vejamos.

Não sendo de duvidar que este último tenha dito a verdade sobre o discurso de Norton de Matos no Porto, no dia 23 de Janeiro, até porque ela só o poderia prejudicar, como prejudicou, não chega a justificação que deu quanto à manutenção errada da frase: «Sua Ex.<sup>a</sup> o General Norton de Matos na sua carta dirigida, sem nada saber das minhas diligências, a Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho, não ligou a menor importância à palavra [pública, política]. Fê-lo talvez propositalmente. Com ela ou sem ela ninguém podia, com lógica e justiça, interpretar os seus propósitos em termos aviltantes para a sua honra ou como ameaça para Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente do Conselho». Quer dizer, Norton de Matos coloca-se acima de qualquer suspeita e Augusto Casimiro, por decisão própria, resolve defendê-lo, enfrentando toda a hierarquia do Ministério da Guerra e a fúria desmedida de Santos Costa. O General Norton de Matos, depois das eleições — quando podia e devia — não foi à luta pelo seu correligionário e deixou que sobre este, conse-

---

<sup>50</sup> Esta afirmação coloca-nos Augusto Casimiro como um opositor do Estado Novo e afasta-nos da tentação de o julgar ideologicamente próximo das teses marxistas.

quência da sua quixotesca atitude, caíssem as forças da repressão. Caíram nos termos que se seguem:

*Puno com a pena de trinta (30) dias de prisão disciplinar agravada o Capitão reformado Augusto Casimiro dos Santos, “porque, num discurso público e em documentos privados que solicitou fossem levados ao conhecimento do Ministro da Guerra, afirmou ter este agido, numa reunião de oficiais realizada no Ministério da Guerra em 25 de Janeiro findo, sob coacção de insinuações ou intrigas de terceiros, deixando-se assim arrastar para uma lamentável precipitação que teve como consequência haver o Exército português sido vítima de uma baixa intriga política; porque pretendeu atentar contra o prestígio dos oficiais do Exército afirmando publicamente a sua impressão de existirem oficiais fascistas e comunistas e não simplesmente portugueses; e, ainda, porque falta flagrantemente à verdade afirmando em público e nos autos não ter um Senhor General reformado escrito ou tomado a responsabilidade de determinada frase considerada pela opinião pública como atentatória da respeitabilidade e mesmo da integridade física do Senhor Presidente do Conselho, quanto é certo que o mesmo Exm.º Senhor General reiteradamente afirma que a frase é de conteúdo exactamente igual ao tornado público em dois jornais de Lisboa na tarde de 23 de Janeiro de 1949. Em todas estas atitudes e, não levando já em conta a falta de respeito pela pessoa e pela alta missão em que está investido o Ministro da Guerra, o mesmo oficial infringiu os deveres n.ºs 2.º, 25.º, 26.º e 49.º do R. D. M.”.*

*Em 8-IV-1949  
O Ministro da Guerra  
Ass.) Fernando Santos Costa*

Como se vê, a redacção da punição enferma de uma série de falsas interpretações, mas, mais do que tudo, coloca o General Norton de Matos na posição de ter proferido uma frase «atentatória da respeitabilidade e mesmo da integridade física» de Salazar. Punia-se o Capitão, porque não havia a coragem de enfrentar o velho General. Até por isto, Augusto Casimiro mostrou bem a grandeza da sua integridade de cidadão que não temia<sup>51</sup>.

Esta dimensão de Augusto Casimiro só pode ser completamente compreendida quando se lhe associa a do poeta, do ensaísta e do ficcionista, porque é como escritor que a limpidez da sua alma de idealista transparece em toda a grandeza.

## **5. O escritor**

A arte da escrita começou por se manifestar em Augusto Casimiro através da poesia; foi ela que primeiro lhe prendeu a atenção e o levou à expressão dos seus sentimentos. Teve um per-

---

<sup>51</sup> Não deixará de ser curioso realçar que, nesta época, um Ministro não admitia poder ser vítima de uma intriga — «princípio da intangibilidade e da infalibilidade políticas». Também será de levar em conta que não se admitia existirem no Exército oficiais fascistas — que, em abono da verdade, abundavam — nem comunistas — que, realmente, poderiam ser muito poucos.

curso de certo modo singular: muito jovem ainda, publicou, quase de seguida, quatro livros de versos; na idade madura, deu à estampa o quinto e guardou o último para o ocaso da vida.

Pode dizer-se que do ponto de vista estético a obra poética de Augusto Casimiro desenha uma sinusóide. Com efeito, quanto a nós, começa por composições de fraco valor estilístico e temático, ascende, depois, para um patamar mais elevado quando explora novos motivos de inspiração ao mesmo tempo que faz uso de uma expressão mais rica, e torna a descer quando, não fazendo concessões à variação do tema, perde a riqueza anterior das imagens poéticas.

No livro intitulado *A Victoria do Homem* — que é o segundo de todos os que publicou —, editado em Coimbra pela Livraria Moderna no ano de 1910<sup>52</sup>, dedicado a Guerra Junqueiro, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira e Teixeira de Pascoaes, há uma extraordinária preocupação formal, sendo o conteúdo pouco interessante. Abundam os sonetos e nota-se ainda uma influência romântica muito marcada na primeira parte da obra<sup>53</sup> passando, depois, a um estilo tendencialmente épico<sup>54</sup>.

*A Primeira Nau*<sup>55</sup>, que é o livro com que inicia a sua ligação à sociedade «Renascença Portuguesa», já que foi por ela editado, é um pequenino volume de dezanove páginas, mas onde está espelhado todo o ideário saudosista que caracteriza aquele agrupamento artisticamente comprometido com a República, que acabava de se proclamar. É, quanto a nós, o ponto mais alto da obra poética de Augusto Casimiro, conseguido na exaltação de Portugal, no elogio dos Descobrimentos e do esforço marítimo dos Portugueses.

— *Marinheiros: — dormi, sobre a nau silenciosa*  
— *Vá, dormi e sonhai a história gloriosa*  
*Que há-de Camões cantar um dia ao vossos netos*<sup>56</sup>

depois, tomando por tema a saudade

— *Um herói semideus inventou a Saudade,*  
*Era lusíada... E lembrando a divindade*  
*Foi em busca do céu através dos abismos*<sup>57</sup>

---

<sup>52</sup> Note-se que, tal como já deixámos referido, houve um primeiro livro que não vimos por não existir no acervo da Biblioteca Nacional, que se intitula *Para a Vida*, o qual foi editado em 1906, quando o autor tinha, por conseguinte, dezassete anos.

<sup>53</sup> «*Flocos de som, sombras indefinidas/ De ruídos longínquos, — vagamente/ Caindo como coisas esquecidas*» p. 26; ou «*Junto a um pinheiro manso andam cavando/ A minha cova, e o meu olhar presente/ (...)*» p. 28.

<sup>54</sup> «*(...)/ Quando o Sol despontou, criador e brilhante,/ Eu fui seguindo o Sol na minha Vida forte!.../ E como o Sol brilhei e perpassei ovante/ Pela Dúvida, minha irmã tenebrosa da Morte!/ (...)*» p. 88.

<sup>55</sup> Publicado no ano de 1912.

<sup>56</sup> Pág. 7.

ou, ainda, aliando a Pátria à saudade

*Pátria!... Ó nossa companhia  
Pão espiritual da nossa comunhão  
— Ó saudade da Pátria, ó alegria  
— Ó amargura, ó devoção!...*

Augusto Casimiro nesta pequenina obra mostra-se, de facto, o poeta heróico que enaltece os valores passados, digno de figurar ao lado dos poetas da «Renascença Portuguesa»; diminuíram as marcas decadentistas do seu saudosismo, em benefício de uma maior afirmação do conteúdo patriótico.

Um dos melhores poemas deste pequenino livro é aquele que intitulou «A Visão da Profecia», entre as páginas 11 e 16, sendo igualmente interessante o poema com que fecha o livro e ao qual dá o nome de «A Benção da Nova Largada»<sup>58</sup>.

Dois anos após a publicação desta obra poética que, embora de pequena extensão, é, quanto a nós, a maior do Autor, viu a luz do dia um outro livro intitulado *À Catalunha (Vozes de Portugal)* que não vai além das quarenta e duas páginas. Pretende ser um elogio épico àquela região de Espanha e um incentivo ao seu espírito autonomista, contudo, com exclusão do discurso exaltado, pouca beleza tem como trabalho de poesia. Por vezes, o autor exagera na fraternidade de destinos entre Portugal e a Catalunha (*Catalunha imortal! — Um dia havia algemas/ Em teus pulsos, e os meus traziam-nas também,/ E vivemos então, horas supremas./ E vencemos por fim, que é vencer lutar bem!*)<sup>59</sup>.

No ano seguinte — 1915 — Augusto Casimiro publicou um livro de dimensões razoáveis, mesmo para a época — 151 páginas. Dedicou-o à Mulher e à Mãe. Trata-se de uma obra de valor desigual, porquanto, numa primeira parte, o autor faz uma recolha de poemas na sua grande maioria dos anos de 1910 a 1912 cuja temática é a exaltação ao amor, à mulher, à Mãe e, também, aos filhos. Na segunda parte do livro — que corresponde a menos de metade — Casimiro cria um título genérico — «Versos do Mar Atlântico» — que integra composições mais recentes e que seguem a linha estética e temática da poesia do grupo da «Renascença Portuguesa»; notam-se os traços do saudosismo e da memória da epopeia marítima tão ligada ao sentimento da grandeza perdida:

*Alta noite, mar alto, navegando...  
(...)  
Não chores minha mãe, não há perigo!...  
Nas ondas altas não se oculta o mal,*

---

<sup>57</sup> Pág. 8.

<sup>58</sup> Págs. 18-19.

<sup>59</sup> Pág. 19.

— *Quatro séc'los que são? — o mar é amigo,*  
*Sou Poeta e nasci em Portugal!*  
(...)  
*Minha Mãe, minha Mãe! que sofrimento*  
*Sentir um voo prisioneiro em nós!*

Pode dizer-se que estes quatro livros reúnem a obra poética da juventude de Augusto Casimiro e não estão ainda marcados pelo sofrimento, pela angústia e pela exaltação patriótica vivida nos campos de batalha da Flandres, e traduzem — umas vezes mais intensamente, outras não — a esperança singela de uma República alimentada pelo desejo de mudança alicerçado na pureza dos sentimentos e nos grandes ideais.

A Guerra e o período que se lhe seguiu empurraram Augusto Casimiro para a prosa, quase sempre ensaística e algumas vezes ficcionista. Como mais à frente se verá, o poeta continua a viver no prosador — às vezes conseguindo uma prosa mais próxima da poesia do que seria de imaginar —, mas as conturbações da política nacional vão fazer que a sua obra ganhe uma característica cada vez mais interventora, dando lugar à perda de qualidade estética. Isto mesmo acontece com o livro de poemas, *Momento na Eternidade*, que, já com cinquenta anos — em 1939 — publicou.

É uma obra com quarenta e sete páginas, dedicada a Aquilino Ribeiro, que começa com um pequeno poema de verso branco, de ritmo pouco equilibrado, sem as imagens poéticas de outros tempos que, acima de tudo, caracterizavam mais do que a poesia a prosa da juventude.

Nesse poema inicial fala-se de novos poderes numa clara alusão ao nazismo que, então, imperava na Alemanha e mostrava os seus desejos expansionistas na Europa

*Multiplicaram-se os poderosos alto-falantes*  
*Abafando a voz do Homem e violando*  
*O silêncio e a pureza dos céus*<sup>60</sup>  
(...)  
*Troçaram um Velho vestido de branco*  
*Que, baixinho, falava invocando o Senhor.*  
*Rasgaram os Mandamentos da Lei de Deus.*  
*Decretaram a separação das raças:*  
*“Odiai-vos uns aos outros!”*  
*Compuseram os hinos que embriagam, exaltam, enfurecem*  
*Os condenados à morte.*<sup>61</sup>  
(...)  
*E de aviões velozes*

---

<sup>60</sup> Pág. 9.

<sup>61</sup> Pág. 10.

*As ruas de bandeiras e do mesmo gesto  
Mecânico e unânime  
De batalhões compactos marchando  
No mesmo passo imperial<sup>62</sup>  
(...)  
E o que fica para trás da aurora  
Que nasce  
É a morte, o passado! Será  
Um grande Campo de Concentração<sup>63</sup>.*

Ainda neste *Momento na Eternidade*, um pouco mais lá para diante, no poema que intitulou «Vela de Armas», há uma premonição das ocorrências que ameaçam a Europa — é datado de Outubro de 1938 — e um apelo à luta contra essas forças, que fazem de Augusto Casimiro, nesta fase da sua vida, um poeta militante e politicamente empenhado:

*— Homem: — Guerreiro! Anjo!  
(...)  
Nesta hora imortal do Mundo,  
Pela tua alma, pela tua Pátria, pela tua Terra,  
Pelo futuro e beleza do Mundo,  
Estende as mãos aos teus irmãos em Alma,  
E, contra a força bruta,  
Sê da falange ativa  
E pura,  
PARA QUE A VIDA VIVA!  
— Cinge a armadura,  
— Luta!<sup>64</sup>*

A prova do grande empenhamento político de Augusto Casimiro — se outra fosse precisa, depois do que já deixámos dito — chega-nos através do poema que intitulou «A três moços escritores do Brasil», que eram: Érico Veríssimo, Jorge Amado e José Lins do Rego, todos eles envolvidíssimos com a estética da literatura social e, acima de tudo, com problemáticas telúricas e económicas de um Brasil a viver a passagem da economia agrícola para a primeira industrialização e o confronto entre a vida rural e a atracção da grande cidade.

O último livro de poemas de Augusto Casimiro, editado em 1955, é um trabalho no qual se sente o peso dos anos e a experiência de uma vida orientada por um ideal de luta, por valores

---

<sup>62</sup> Pág. 11.

<sup>63</sup> Pág. 12.

<sup>64</sup> Págs. 38-39.

então reprimidos. O poeta voltou-se para duas temáticas que lhe foram queridas quase desde sempre: o mar e África, razão pela qual intitulou o volume de 162 páginas *Portugal Atlântico. Poemas da África e do Mar*. Com este livro recebeu o prémio Camilo Pessanha.

Tal como aconteceu em obras anteriores, o autor reuniu poemas antigos — da década de 30 — e outros mais recentes, deste facto resultando um certo desequilíbrio estilístico e estético que reduz o valor intrínseco dos poemas, os quais, todavia, continuam a deixar transparecer um entranhado patriotismo — bem diferente do nacionalismo que então ainda vigorava forte na sociedade portuguesa — sem concessões ao sistema político vigente. É interessante verificar que, numa época em que já tinham despontado os primeiros movimentos de contestação ao domínio colonial europeu em África, Augusto Casimiro faz a apologia do colonialismo «maduro» e tendencialmente autonomista:

*A África está à nossa espera  
Com os seus filhos, iguais, fraternos,  
Outros rumos de vida e eternos,  
Negros remorsos a resgatar!  
Outros sonhos e outros esforços  
Dando-se as mãos além do mar!*<sup>65</sup>

Algumas páginas mais à frente, e propositadamente em itálico no meio de composição normal, saltam estes versos sintomáticos:

Meio dia. Há só Mar!... O Mundo  
Afundou-se?... Voltará, e um novo dia...  
O Mar traz, vela no seio fundo  
Uma Terra mais bela, outra Aleluia...<sup>66</sup>

Não sabemos se Augusto Casimiro era maçom, facto que não seria estranho dada a camaradagem militar e a grande ligação política a Norton de Matos, por isso, talvez não seja um acaso o poema que compôs nos anos 30, na Ilha Brava, quando ali esteve deportado, e que incluiu no livro *Portugal Atlântico* sob o título «Céu Azul. Acácias em Flor»:

*Terra, céu, o mar num beijo!  
E, por milagre do Amor,  
Sob o céu pérola vejo  
Flores de uma acácia em flor...  
Como pórtico de ogiva  
Erguido à glória de Deus,*

---

<sup>65</sup> Pág. 17.

<sup>66</sup> Pág. 23.



*A rocha é uma taça viva  
A escorrer azul dos céus...  
E aqui, pertinho, estas flores,  
Tintas de sangue e paixão,  
Dizem-me, contam amores,  
Sinto-as no meu coração.*<sup>67</sup>

Claro que, na ambiguidade que os poetas sempre escolhem para deixar passar as suas mensagens, cada qual pode ler o que mais lhe convém, razão porque é necessário conhecer o pensamento mais profundo do autor e, acima de tudo, as suas convicções. Augusto Casimiro, tendo sido um homem da oposição ao Estado Novo, um perseguido, um colaborador e director da *Seara Nova* até ao fim da vida, não pode, neste contexto, deixar dúvidas quanto ao sentido aparentemente dúbio do poema «Colono» (de que transcrevemos uma parte) com que fecha este livro, que foi o último da sua actividade poética:

*E hás-de querer-lhe [a Angola] como à Terra-Mãe  
Se bem lutes e amares bem  
Tudo o que nela te anuncia um novo mundo...  
— Há recusas hostis que são amor, fundo.  
A dizer “não” e já são dádivas de Amor.  
(...)  
E juntos erguereis a toda a altura  
Da História, o padrão imortal,  
— Em que as mãos e as almas fraternas  
Gravarão palavras eternas  
— ANGOLA — PORTUGAL*<sup>68</sup>

Na ficção, Augusto Casimiro limitou-se a dois títulos: *Nova Largada*<sup>69</sup> e *A Vida Continua*<sup>70</sup>, editados com uma diferença de treze anos, tendo já o autor dobrado a idade dos quarenta quando o primeiro viu a luz do dia.

Em ambos os livros a temática é a africana; no primeiro, o cenário é Angola; no segundo, é Cabo Verde.

---

<sup>67</sup> Pág. 83. Há neste poema, para além do título, algumas conotações esotéricas que vão da «acácia» ao «pórtico de ogiva», do «erguido à glória de Deus» à «rocha é uma taça viva», passando pelo «escorrer azul dos céus» e pelo «contar amores», cujo significado pode ser compreendido por iniciados.

<sup>68</sup> Págs. 157-158.

<sup>69</sup> Editado em Lisboa pela «Seara Nova» em 1929.

<sup>70</sup> Também editado em Lisboa, mas, agora, pela Guimarães & C<sup>ia</sup>, no ano de 1942.

*Nova Largada* é um romance didático no qual o autor pretende explicar como se deveria fazer a colonização das possessões africanas, em especial a de Angola. Para ele, um bom industrial em terras de África seria aquele que importava novas maquinarias, que aumentava os salários dos trabalhadores, que lhes mandava construir berçários para os filhos, escolas, bairros de habitação, uma biblioteca, uma enfermaria e que, por fim, lhes daria participação nos lucros. Claro que o autor tinha conhecimento prático das desconfianças que os indígenas desenvolviam relativamente aos colonos, mas sabia, também, que elas eram fruto de uma má administração e de um péssimo relacionamento com as populações, por isso, conforme faz desenrolar a acção, vai aproveitando todas as oportunidades para explicar os novos relacionamentos com os africanos.

Sente-se na narrativa que Augusto Casimiro usou como paradigma de boa administração o exemplo de Norton de Matos e que tinha um profundo conhecimento não só da mentalidade gentílica como, também, do seu próprio idioma.

O estilo do autor é recheado de imagens bem ponderadas, sem exagero de adornos, como eloquentemente nos mostra esta pequena transcrição: «Ainda o Sol não rompera a espessa névoa do cacimbo nos compridos vales onde, aconchegada e alva, adormecera. Húmidas, gotejantes de orvalho, brilhavam as folhas das árvores e o capim. Morriam as brasas das fogueiras, entre cinzas... Do silêncio da noite que se fora, no ar frio, ficara uma branda serenidade.»<sup>71</sup>

Em *A Vida Continua*, Augusto Casimiro, talvez fruto de um certo amadurecimento próprio da idade e da maior convivência literária, deixa transparecer uma escrita mais aligeirada de cargas metafóricas, sem, todavia, perder a melodia poética que caracteriza a sua prosa («Tardes lilases. Com o mar a morrer de doçura. E o silêncio da terra a beijar, a perder-se no que vinha lá do fundo... Morriam as ondas de gosto, embalando a costa, na adormecida quietação do mar...»<sup>72</sup>). É um romance onde o enredo amoroso passa suave e as personagens se caracterizam sem exageros.

Foi no género ensaístico que Casimiro deixou o maior e mais heterogéneo número de obras. Na realidade publicou dezoito títulos entre os anos de 1917 e 1961.

O primeiro ensaio, editado pela «Renascença Portuguesa» não tem data, mas, muito provavelmente, saiu do prelo ou ainda no ano de 1917 ou no seguinte. Intitulado *Nas Trincheiras (Fortificações e Combate)* é uma pequenina obra da autoria do Capitão Mouzinho de Albuquerque e do, então, Tenente Augusto Casimiro. É um trabalho essencialmente técnico no qual se descreve, em linguagem muito clara e simples, todo o tipo de organização do terreno necessário à guerra de trincheiras. Este livrinho, escrito, quase de certeza, em França, durante a fase prepara-

---

<sup>71</sup> Pág. 107.

<sup>72</sup> Pág. 21.

tória da *entrada em linhas*<sup>73</sup>, destinava-se aos graduados de Infantaria, muito particularmente a sargentos e oficiais subalternos.

Em 1919 foi editada a obra intitulada *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*<sup>74</sup> e é, ainda hoje, essencial a sua consulta por parte de quem quiser compreender a beligerância portuguesa e, acima de tudo, a política de guerra desenvolvida durante o Governo Sidónio Pais. Uma grande parte dos capítulos são a reprodução de artigos para periódicos escritos em resposta a Cunha e Costa, jornalista que não fugia a polémicas.

Augusto Casimiro, embora acusando Sidónio Pais de ter deixado soçobrar o CEP, equilibra a sua posição entre aceitar que o Presidente praticou uma política aparentemente germanófila e uma política de clara subserviência à Grã-Bretanha<sup>75</sup>, a qual enredava nos meios políticos da capital através da acção do General Barnardiston, chefe da missão militar britânica em Lisboa<sup>76</sup>. Aliás, o autor não se poupa a tentar provar que Londres era o principal *inimigo* de quem Lisboa se devia defender<sup>77</sup>, tal como demonstra que todas as propostas feitas pelo Governo inglês a Sidónio Pais tinham como finalidade apoucar o papel do Exército Português em França, reduzindo-o à situação de tropas com estatuto igual às das colónias britânicas<sup>78</sup>.

O estilo que Augusto Casimiro utiliza nesta obra é sóbrio e despidido de imagens de retórica a não ser quando se refere, quase carinhosamente, aos soldados e aos seus sofrimentos na Flandres («Em pobres acampamentos, roídos de metralha e saudade, os soldados dos batalhões de Neuve Chapelle, Ferme du Bois e Fauquissart, agonizavam de pena e as piores palavras, acusadoras, implacáveis, andavam em quase todas as bocas»).

Ainda no ano de 1919 foi exposta nos escaparates das livrarias a 4.<sup>a</sup> edição da obra intitulada *Nas Trincheiras da Flandres*. É um livro de memórias dos tempos vividos nas primeiras linhas, baseado nas notas que, no abrigo, ia tomando «aos pedaços, esquecido da literatura e de mim».

---

<sup>73</sup> As forças portuguesas ao chegarem a França tiveram de ter um período de instrução para se familiarizarem com os modos, então, modernos de fazer a guerra. Esse período ficou sensivelmente compreendido entre os meses de Janeiro e Abril de 1917.

<sup>74</sup> Trata-se de uma edição da Livraria Chardron, com sede no Porto.

<sup>75</sup> Cf. pp. 36-38, 75 e 82-83.

<sup>76</sup> Cf. p. 102.

<sup>77</sup> Cf. Augusto Casimiro chega a afirmar: «Nós somos dos que, na mais sincera amizade pela Inglaterra e pela velha honra britânica, pensamos devermo-nos impor ao seu respeito e ao seu amor pela digna, altiva e soberana realização dos nossos interesses de acordo com os nobres interesses do democrático povo inglês.» (pp. 77-78).

<sup>78</sup> Cf. pp. 169-170, onde se descreve a intenção inglesa: Comando do CEP entregue a um general britânico; estado-maior composto por 50% de oficiais portugueses e ingleses; os comandantes das tropas de Infantaria, de posto superior a major seriam ingleses; os capitães e os subalternos seriam ingleses e portugueses em partes iguais. Esta medida não foi adoptada graças, fundamentalmente, ao esforço do General Garcia Rosado e de Augusto de Vasconcelos.

Esse desfiar de recordações começa nos sentimentos que se nutriam, ou não nutriam, em Portugal pela Alemanha, passa pelo *milagre de Tancos*<sup>79</sup> e chega à data da partida («Mal dormi-tei. Sobre o meu quarto fica o de minha mãe. Os seus gemidos não me deixam sossegar... Chorei... Mas sou tão feliz!»<sup>80</sup>. (...). Sofro. Vou cheio de amargura. Nunca senti tão clara a minha alma.»<sup>81</sup>).

Augusto Casimiro, neste livro, usa uma prosa poética, recheada de figuras de estilo, onde transparece a saudade, a dor, o orgulho de cumprir uma missão que considera sublime; onde o sentimento patriótico atravessa cada página de alto a baixo como se fosse um relâmpago em tarde de trovoadas. As imagens da morte e do além-mundo vão ficando em cada capítulo, dando-nos a dimensão exacta do sofrimento, mas, também, da vontade de afirmar o valor de um Povo: «Mulheres erguem os braços num adeus frenético, de náufrago...»<sup>82</sup>; «Além, as palavras de Amor, as palavras eternas, doces, dos poetas maiores, saem da boca simples das esposas que ficam.»<sup>83</sup>; «Sinto que somos melhores fora da nossa terra, quando nos revelamos simplesmente, com sinceridade, dando-nos.»<sup>84</sup>; «Chegou a tua carta toda clarinha de alma. É assim que te quero sob os olhos de Deus.»<sup>85</sup>; «Mas alguém trouxe, para que as censurasse, num pequeno maço, cartas dos seus soldados... (...). Todas cartas de amor. Algumas, na sua caligrafia ingénua, seriam indecifráveis quase. Mas uma grande luz suave as ilumina a todas, uma suave luz...»<sup>86</sup>; «Às vezes os que andam fora vão até aos arames dos *boches*, ao parapeito deles. Se os pressentem, o silêncio quebra-se, há granadas abrindo em rosas de fogo, balas pontuando lume na *Terra de Ninguém*... E os que voltam, colados ao terreno, ofegantes e rindo, pálidos embora, ao entrar na linha, de pé no parapeito, são como esculturas de heróis...»<sup>87</sup>.

Os capítulos sucedem-se, não deixando de contemplar pessoas e situações que descreve em linguagem de poeta — um, dedicado aos oficiais milicianos; outro, a Hernâni Cidade, a quem louva a coragem e, acima de tudo, a simplicidade; mais outro, aos artilheiros. Mas, há um capítulo que é uma farsa entre um Sancho Pança e um D. Quixote imaginários que são os confrontos do seu próprio *não querer* e do seu *querer*; são a voz da prudência e a da razão e do dever em con-

---

<sup>79</sup> Assim chamadas às manobras que naquela região tiveram lugar, em 1916, e que constituíram um feito de capacidade organizativa pela rapidez com que se conseguiu pôr em pé de guerra uma força de mais de vinte mil homens pronta a embarcar para França (não nos devemos esquecer que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal foi feita nos primeiros dias de Março desse mesmo ano).

<sup>80</sup> Pág. 30.

<sup>81</sup> Págs. 30-31.

<sup>82</sup> Pág. 37.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Pág. 43.

<sup>85</sup> Pág. 47.

<sup>86</sup> Pág. 50.

<sup>87</sup> Pág. 90.

fronto, quando o inimigo ataca e os seus homens estão em perigo; é a vontade de não se expor e a de correr para a morte que ronda os soldados na primeira linha. Claro que vence D. Quixote e o autor deixa-nos esta imagem significativa: «E, no medo enorme de ter medo, domando o organismo que se retrai como um cavalo empinado e rebelde, o homem avança e os morteiros cessam...»<sup>88</sup>.

Também é de uma imensa ternura o capítulo intitulado «Carta a Meu Filho», no qual Augusto Casimiro narra sucintamente a guerra de tal modo que tudo parece uma brincadeira séria, lembrando a recente obra cinematográfica de um realizador italiano sobre os campos de concentração nazis. Não escamoteia as mortes nem os mortos, mas dá-lhes vida<sup>89</sup>, pondo-os a conversar com ele, a dizerem-lhe das razões porque partiram. É um verdadeiro hino à Vida.

Todo o livro está recheado de grande ternura pelos soldados<sup>90</sup> e por todos aqueles que se bateram em França, havendo capítulos de crítica às posições dos que ficaram em Portugal e que de uma forma clara ou velada, aceitam a vitória da Alemanha ou desejavam a neutralidade de Portugal; é uma obra de exaltação patriótica e de profunda admiração por aqueles que se bateram na guerra. As descrições mais horrendas, de morte e desespero, chegam a ganhar cores de beleza e poesia.

Em 1920 é publicado o livro *Calvários da Flandres (1918)* que é, tal como o anterior, um repositório de recordações mas, ao contrário desse, a linguagem tornou-se linear, sem imagens de retórica, parecendo estarmos face a um relatório militar despidido de artifícios estilísticos.

No ano seguinte saiu do prelo um pequeno volume de cinquenta e nove páginas intitulado *Portugal e o Mundo — Um sentido português*; é a reunião de duas conferências feitas na Associação Cristã dos Estudantes de Coimbra nos dias 7 e 12 de Março de 1921.

Na primeira das palestras, subordinada ao título «Os Portugueses e o Mundo», o autor defende ainda os ideais do saudosismo característico da «Renascença Portuguesa» e, para tanto preconiza que a juventude não se ligue a nenhum partido político de modo a que, descomprometida, possa «iniciar a obra de renovo que, aproximando-nos das grandes realidades lusíadas do Passado, fizesse de Portugal um organismo moderno, integrado nas correntes da vida contemporânea, senhor dos seus destinos, rico do aproveitamento total dos tesouros virgens guardados no seio da terra metropolitana e no império colossal que, para lá dos mares, ao serviço da Pátria o do mundo, os grandes de Portugal conquistaram numa epopeia de eternidade!»<sup>91</sup>. Depois, Augusto Casimiro, dedica uma parte da conferência a falar do que é, e representa no Presente, o Passado e conclui que este é uma força, mas não imobilização, pelo contrário, deve ser uma força que ani-

---

<sup>88</sup> Pág. 124.

<sup>89</sup> «Os mortos... Não tenhas pena, meu filho... Aqui não há mortos, na guerra não se morre, como aí...» (p. 139).

<sup>90</sup> «Um soldado nunca abandona outro, diante da morte. E os nossos mortos só dormem, calmos, nos cemitérios a que fazemos guarda, nós.» (p. 219)

<sup>91</sup> Págs. 8-9.

ma para o Futuro. Reconhece, em seguida, que a Grande Guerra destruiu o equilíbrio existente, até então, na Europa, afirmando que os tempos que se passam, agora, são de busca de novas soluções. «O culto nacionalista não basta, face à vida moderna, se limitado ao culto embevecido dos costumes, ou à pertinaz defesa de liquidadas, impossíveis fórmulas políticas»<sup>92</sup>.

Na segunda conferência — «Um sentido Português» — Augusto Casimiro faz uma afirmação que, tanto quanto sabemos, nunca mais repetiu na sua vida. Com efeito, começa por dizer que «A guerra veio despertar, exaltar as tendências nacionalistas das pátrias irredentas»<sup>93</sup>. E defendeu que Portugal não podia, no momento, unir-se à Espanha enquanto esta não reconhecesse, pelo menos, a existência de duas pátrias no seu território: a Galiza e a Catalunha; só então se falaria de federação na qual se reconhecessem e respeitassem as diferenças.

A posição que em seguida defende mostra que, embora ainda se sentisse ligado aos ideais da «Renascença Portuguesa», começava já a distanciar-se, na prática, dos princípios que o haviam orientado. Realmente, o autor afirma que a República não tinha conseguido alterar muito no país e que quase tudo estava igual ao que era na Monarquia, por isso, «É necessário criar em Portugal, numa minoria capaz e activa, uma corrente de opinião, e se fixe uma finalidade, um objectivo essencial à ventura e à grandeza da nação, comum a todos os portugueses»<sup>94</sup>. «A grande medicina necessária é, pois, antes de tudo, urgentemente, aquela que dará à maioria do povo português ou às suas elites de hoje, espírito de liberdade, consciência moderna, certeza nas nossas virtudes, inteligência dos nossos defeitos, e a fé e o poder de desejar, de construir, desde os alicerces, pela educação, pela preparação do meio espiritual, o grande edifício da nacionalidade, reatando o velho destino e completando-o hoje, de acordo com as realidades criadoras do Passado e as imposições, as soluções irredutíveis do presente e de amanhã»<sup>95</sup>. Para levar a efeito este programa Casimiro afirmava que eram necessárias escolas e mestres para ensinar e que se tinha de conseguir produzir mais e melhor, quer do ponto de vista agrícola (arborização do que estava pelado), quer do ponto de vista industrial (em especial no sector corticeiro e no dos chocolates), tendo de se fazer o reordenamento demográfico e a reforma agrária de modo a acabar com os latifúndios no Alentejo.

É curioso que Augusto Casimiro, nesta altura, já estava a fazer a ligação entre os conceitos que lhe vinham do passado com os que foram definidos pela «Seara Nova», aproximando-se, perigosamente, da aceitação de soluções extra partidárias que, passados anos, conduziram à Ditadura Militar. Ele expressava, afinal, os sinais dos tempos.

Em 1922, publicou um folheto com oito páginas, ao qual deu o nome *A educação popular e a poesia* que, infelizmente não conseguimos consultar, porque o único exemplar existente na Biblioteca Nacional está em mau estado e encontra-se em fase de recuperação.

---

<sup>92</sup> Pág. 24.

<sup>93</sup> Pág. 31

<sup>94</sup> Pág. 37.

<sup>95</sup> Págs. 39-40.

Ainda nesse ano, mas já com a chancela da «Seara Nova», foi dada à estampa a obra intitulada *O Livro dos Cavaleiros* que, sendo um trabalho de reflexão, foi escrita num tom simultaneamente de exaltação patriótica e de desespero pela situação a que Portugal havia chegado depois de ter sido uma grande Nação: «Portugal é um conflito doloroso»<sup>96</sup>; «Portugal dormita»<sup>97</sup>; «Portugal espera a sua nova hora»<sup>98</sup>; «A felicidade anda ao alcance das nossas mãos»<sup>99</sup>; «A inércia, a impotência dos que governam é feita de fatalidade. Eles espiam a incerteza da nação ignorante, a ausência das forças que impõem os grandes criadores contra a coligação feroz dos egoísmos ameaçados pela redenção do país»<sup>100</sup>; «A vontade portuguesa não vive organizada, não tem consciência»<sup>101</sup>.

A par do desespero de Augusto Casimiro há, também, um apelo aos grandes valores e aos valores dos grandes dirigentes: «Comandar, governar, dirigir, é criar»<sup>102</sup>. E é nesta fase que o autor resvala para a tentação que já começava a ser moda política na Europa do começo dos anos 20: «O amor da Liberdade é a ânsia das boas tiranias»<sup>103</sup>; «Todo o homem? O homem mais livre é o que obedece melhor»<sup>104</sup>; «Ser livre é ser bem comandado»<sup>105</sup>; «Comandar é criar, despertar, dar equilíbrio aos sentimentos e às ideias, impor valores novos, redimindo, suggestionar esforços supremos, alimentar, realizar ideal, violentar inércias, combater reacções, modelar ventura, — sempre sob o influxo de uma grande força de Amor, de um grande sonho divino ou humano, ou dum imperativo que só as almas grandes, nas horas de crise, podem ouvir»<sup>106</sup>; «As verdadeiras elites não se eternizam. Substituem-se, renovam-se»<sup>107</sup>; «Os velhos poderes tradicionais perderam a sua força. Deus não é neles. Um novo quadro é necessário, em que a solidariedade dos homens substitua o seu egoísmo, e a terra seja o campo aberto a todas as energias activas, igualmente valorizadas pelo esforço possível»<sup>108</sup>.

Casimiro, nesta fase da vida, desencantado com a falta de entendimento entre os políticos, trilhando um caminho — mesmo para a época — altamente perigoso, apela ao valor dos que se bateram nos campos de batalha num capítulo intitulado «O desencanto de Galaaz»: «A vitória

---

<sup>96</sup> Pág. 12.

<sup>97</sup> Pág. 13.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> Pág. 14.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Pág. 19.

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> Pág. 20.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Págs. 20-21.

<sup>107</sup> Pág. 23.

<sup>108</sup> Pág. 25.

veio destronar-nos. Os bárbaros vão poluir, rasgar nossas ardentes esperanças»<sup>109</sup>; «Éramos o Mundo no delírio de ser melhor»<sup>110</sup>; «Homens que cantais a Vitória! Vós não sabeis o que fomos. Sentis talvez que nos deveis uma dívida imensa. Se a pagásseis serieis nossos escravos»<sup>111</sup>; «O nosso orgulho é como uma montanha de granito. Dentro há fogo e mares»<sup>112</sup>; «A fé dos que lutaram, obedientes a um ideal humano, livres da imposição das pátrias possessoras de poderio e violência, — era feita de amor e esperança»<sup>113</sup>; «A Europa é um miserável campo de naufrágio»<sup>114</sup>; «A civilização europeia é um odioso suicídio. Vejo a alta finança devorando cadáveres, oito milhões de mortos!...»<sup>115</sup>; «E os homens que, num momento, face ao Calvário, se sentiram fortes, perto de Deus, senhores do seu destino, e dominaram o mundo, voltam lentamente à escravidão da sua revolta»<sup>116</sup>.

Como se de repente o autor tivesse descoberto que tinha exagerado nos seus pontos de vista, mais à frente, passa a dar uma série de conselhos aos cavaleiros, levando-os à obediência e ao pacifismo: «Sabes o que é a honra? O interesse teu em manteres inatacável teu prestígio, face a ti mesmo, a escravidão feliz aos teus interesses mais puros»<sup>117</sup>; «Não receies a morte. Treme da prática de uma injustiça. Não te isoles no teu egoísmo. Não anseies riqueza. O ouro é a morte da alma. A riqueza isola-nos de Deus e do Mundo. Só há ventura na comunhão de todas as coisas, do Universo e de Deus»<sup>118</sup>.

A fase final do livro obedece a um subtítulo, «Poemas à Bem-Amada», que deixa transparecer a clara intenção de toda a obra ser um trabalho de poesia em prosa, tal como sobressai das passagens que transcrevemos.

Em síntese poder-se-ia dizer que, tal como *A Primeira Nau* foi o passaporte de entrada de Augusto Casimiro na «Renascença Portuguesa», *O Livro dos Cavaleiros* teve igual função, agora, relativamente à «Seara Nova», numa tentativa apologética da não obediência a dogmatismos nem a sectarismos ideológicos<sup>119</sup>.

Ainda com data do ano de 1922 e já também com a chancela da «Seara Nova», deu à estampa um dos seus títulos mais conhecido: *Portugal na Guerra do Mundo — I — 1914*.

---

<sup>109</sup> Pág. 30.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> Pág. 31

<sup>112</sup> Pág. 32.

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> Pág. 36.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Págs. 36-37.

<sup>117</sup> Pág. 78.

<sup>118</sup> Pág. 81.

<sup>119</sup> Veja-se o excelente artigo «Seara Nova» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), II vol., pp. 890-893.



É um livro sobre o combate de Naulila, ocorrido, em 1914, no Sul de Angola, quando os Alemães atacaram e insubordinaram aquela região, partindo do Sudoeste Africano. É um relato que procura ter e manter o colorido e o drama dos acontecimentos, misturando a objectividade histórica com a capacidade narrativa de quem, não tendo estado presente, deseja dar ao leitor a ambiência que envolve a acção. Chega, por vezes, a utilizar uma linguagem carregada de poesia e metáforas («A clareira de Naulila é como uma pedra de ara. O céu alarga-se, por cima, como um diadema...»; «A mocidade de Aragão electriza-o»; «Nem os seus soldados, ardentes de entusiasmo, fraternos no heroísmo com que tomavam a si o perigo e partilhavam com os outros a miséria de ração daqueles dias, nem eles tinham a impressão de que o seu tenente os sacrificava estupidamente.»). Sente-se que a intenção ao fazer a obra ultrapassa o simples relato acontecimental para entrar muito marcadamente na apologia dos actos heróicos e numa valorização moral do Exército, particularmente daquele que se bateu no Sul de Angola e cuja acção correu riscos de fracassar perante a mobilidade e superioridade do inimigo, fosse este constituído por soldados alemães de origem europeia, fosse formado por hordas de negros revoltados e animados pelos colonos germânicos.

O próximo trabalho a vir a público só apareceu catorze anos depois, em 1936, no Rio de Janeiro, e intitula-se *Cartilha Colonial*. É uma obra escrita para os jovens, despida de outros objectivos que não sejam o despertar neles o conhecimento do património português e a vontade de os levar a prenderem-se a essas terras distantes, mas prósperas («A terra moça das nossas Colónias respira encantos que enfeitiçam. Eu quisera, nestas páginas, reacender aos olhos dos mocinhos de minha terra o facho dum encanto que me enfeitiçou e prendeu, para sempre, a mim»<sup>120</sup>).

O autor usa uma linguagem muito simples e assume marcadamente uma posição didáctica; traça pequenos quadros sobre as Colónias e alguns dos costumes das suas gentes. O aspecto mais significativamente relevante neste trabalho, na aparência sem importância política, reside na referência que faz à independência do Brasil; trata o tema em termos de mera assunção de maioria, comparando-a à saída de um filho de casa do pai, dando-nos, por consequência, a clara noção de que aceitaria as independências coloniais quando elas representassem uma evolução política, social e, até, económica.

Quatro anos depois, em 1940, é publicado o livro *Portugal Crioulo* que retrata os costumes do povo de Cabo Verde, em especial os das ilhas do Fogo, de St.º Antão e Brava.

O estilo da prosa é já completamente diferente daquele que usou nas obras escritas no tempo da Grande Guerra ou na sua sequência; é menos estrondoso, as imagens são mais comedidas, a frase é mais burilada («Já o luar desce do arco do céu quando, como sobre o mundo, avisto, erguida sobre o mar de prata, indeciso fantasma, a Montanha do Fogo. Vamos lentos para ela,

---

<sup>120</sup> Ver o Prefácio.

contrariados pelo vento, pelas correntes. A Montanha cresce, precisa o vulto de ciclope... A lua desce. No oriente começa a abrir-se a flor da manhã...»<sup>121</sup>).

São interessantes os relatos dos costumes, nomeadamente o do regresso dos homens que emigraram para a América e que voltam para umas férias que, geralmente, acabam em casamento e terminam em despedidas dolorosas na *hora di bai* («E sustentam-se de alegria ou dor, de saudades, esperanças ou lágrimas, as almas viúvas das noivas, das esposas, das mães.»<sup>122</sup>) e o da recepção das encomendas mandadas pelos que trabalham nos Estados Unidos. Tem um encanto de retrato de outros tempos o relato das bodas crioulas em que o autor conta o casamento de Tchumbinha e Totoi — ele imigrado na América e lá tornado um dia após a cerimónia — onde havia de morrer de pneumónica, depois de lhe ter dado, numa só noite de amor, uma filha.

Nesta obra é mais do que evidente o carinho de Casimiro pelo património africano de Portugal.

Em 1945 é publicado, no Porto, em separata do *Jornal do Médico*, o texto de uma conferência de Casimiro dos Santos intitulada *Assistência Indígena — Política de Cooperação*.

Esta comunicação, a todos os títulos exemplar, destaca, uma vez mais, os conhecimentos do autor quanto à problemática ultramarina e à correcta definição de uma política colonizadora («Colonizar é missionar — melhorar das terras novas e dos povos diferentes e mais atrasados —, mas tem sido, pode ser ainda, a exploração dura, desatenta, apressada, que, nas terras novas e na gente que as povoa, estancam impiedosamente o poder e a força do futuro»<sup>123</sup>).

O seu entendimento da acção colonizadora passava por um desenvolvimento autónomo das capacidades dos naturais, cabendo ao Estado o dever de zelar, para que houvesse harmonia na interacção do branco com o negro, apontando tudo para futuras independências («Proteja-se-lhes a terra, desenvolvendo-se-lhes os recursos e as possibilidades próprias para, dentro dos seus quadros, a coberto de perigosas políticas de assimilação — sob a influência benéfica da nossa presença, amparados pelas nossas achegas técnicas e financeiras, pela nossa disciplina e pelo nosso exemplo —, serem cada vez mais fortes, mais ricos, e atingirem uma civilização própria em que nós deixaremos a marca generosa dos nosso esforço, da nossa mentalidade e da nossa virtude, possibilitando a extensão material e espiritual da materna metrópole em novas nações»<sup>124</sup>). Tudo isto, segundo o autor, deveria ser feito em plena concordância com as autoridades indígenas e, por esse motivo, diz: «Em África, entre as populações indígenas, usam-se processos patriarcais, irmãos, de resto, na essência e nos intuitos, dos mais puros processos democráticos europeus.

---

<sup>121</sup> Pág. 28.

<sup>122</sup> Pág. . 157

<sup>123</sup> Pág. 5.

<sup>124</sup> Pág. 6. Sublinhado da nossa autoria.

Os bons chefes indígenas são delegados, pais espirituais, defensores da sua gente, dos seus *filhos*. Governam dentro da lei da tribo, com um espírito mais humano do que o nosso, e são obedecidos (...) porque a sua acção é *paternal*»<sup>125</sup>.

Quão diferente é este entendimento do acto colonizador daquele que foi, genericamente, praticado até 1961, quando não, em certas circunstâncias, depois! É perceptível nas palavras de Casimiro a intenção de um dia, naturalmente, ver desprenderem-se os territórios coloniais da «velha» Metrópole, por esta já ter cumprido o acto sublime de os «preparar» para caminharem por si sós. Para Augusto Casimiro, Capitão do Exército, reformado compulsivamente por discórdância política com o Estado Novo, colonizar não era submeter; era deixar crescer duas comunidades em simultâneo, de modo a fundirem-se num destino comum por terem vivido um passado recente de progresso e harmonia.

No ano de 1947 sai do prelo das Grandes Oficinas Gráficas «Minerva» um livro a que Casimiro dos Santos deu o nome de *Lisboa Mourisca*.

É uma obra na qual o autor pretende, ao passar o centenário da conquista da capital, fazer história com «escassez de documentos históricos»<sup>126</sup>; é, por conseguinte, mais uma história romanceada do que um trabalho com fundamentos científicos.

Em todo o livro, a par de algumas informações cujo valor histórico haveria hoje que confirmar, pressente-se um orgulho de ser português e um desejo de espalhar esse sentimento a quem o ler. Aliás, o autor deixa claro o seu entendimento da História e o valor que lhe atribui como instrumento de formação patriótica: «À construção do futuro importa a invocação amorável do Passado». Este propósito recorda-nos um pouco a postura de João de Barros que é bem diferente da de Fernão Lopes.

Três anos mais tarde, Augusto Casimiro, dá à estampa um pequeno folheto que reúne dois artigos, que antes havia publicado em jornais, e uma carta. Intitulou-o *Nun'Álvares e o seu monumento — Dois artigos e uma carta a D. Luiz Vaz de Almada*. A obra dedica-a a Bento Roma, seu companheiro na Flandres e um dos mais heróicos combatentes do CEP.

No primeiro artigo, escrito numa linguagem muito sóbria, o autor defende que a estátua do Condestável «(...) que foi o primeiro ou único general da infantaria portuguesa, (...)» deveria reproduzir não o grande senhor feudal em que se veio a tornar, nem o monge que no fim da vida se arrependia do passado vivido, mas o jovem que soube bater-se ao lado dos revoltosos e o chefe militar que, a pé, soube estar nos momentos de perigo ao lado dos seus homens, no campo de batalha. Este artigo foi publicado no *Diário de Lisboa* de 27 de Novembro de 1949. No segundo, que é feito em consequência de um outro publicado por Reinaldo dos Santos, o autor defende, explorando melhor, as suas ideias quanto à estátua dever ser apeada ou a cavalo. Desta vez o artigo foi publicado no *Diário de Notícias* de 13 de Janeiro de 1950. Curiosamente, ao argumento de Reinaldo dos Santos dizer que, em última análise, a estátua será como a conceber o escul-

---

<sup>125</sup> Pág. 11.

<sup>126</sup> Pág. 14.

tor, responde Casimiro da seguinte maneira, que permite várias interpretações: «Isto parece-me excessivamente totalitário. O Senhor Professor sabe que não pode ser assim. Ninguém concebe e dá à luz solitariamente, nem na Arte, nem no Amor. O génio não é uma longa paciência solitária. É antes de tudo, uma longa criadora assimilação»<sup>127</sup>. Que excelente ironia para ferir com subtilidade a imagem criada de um Presidente do Conselho fechado na sua torre de marfim, governando, distante, um povo inteiro!

A carta é uma resposta a um dos descendentes daquele que se bateu em Alfarrobeira e, de novo, com grande delicadeza e elegância de estilo, o autor defende as suas ideias e defende-se dos ataques deste Vaz de Almada, a quem está ligado pela amizade. A dado passo afirma, para demonstrar o seu sentido de fidalguia: «A Cavalaria de Nun' Álvares, (...), é a dos que pressentem o futuro e se não desonram nem arruinam batendo-se por causas condenadas e indefensáveis; que servem o ideal novo sem ficarem de guarda aos preconceitos e interesses do Passado; a dos que atendem à sua fortuna e à sua glória sem trair o que devem à Grei, renovadores, revolucionários, se quiser, no pensamento e nas obras (...)»<sup>128</sup>. Era assim que o Augusto Casimiro, Capitão da Flandres e de Angola, pensava e se mantinha vertical e fiel aos princípios que o colocavam em oposição ao Estado Novo desde, pelo menos, havia trinta anos.

O autor sugere como locais para erigir a estátua, ou o alto do Parque Eduardo VII, ou a esplanada do Castelo de S. Jorge, ou mesmo junto ao terreno onde se deu a batalha de Aljubarrota.

Quatro anos mais tarde, em 1954, Casimiro dos Santos, volta, de novo, ao ensaio histórico, publicando um grosso volume de 516 páginas intitulado *S. Francisco de Xavier e os Portugueses*.

É uma obra biográfica na qual já procurou o rigor, dizendo, no entanto, «Nada traz de novo este livro. Tentámos fazer história viva com base em documentos (...)».

Este livro quer ser um livro de verdade humana, sem os excessos de uma perigosa, incondicional apologética ou os erros de uma estreita visão parcial.»<sup>129</sup>.

Tal como diz, trata-se de uma História onde as personagens ganham vida, pensam, concluem e, às vezes, até falam! É uma forma de fazer história e, em especial, biografias, que está hoje ultrapassada, mas que fez época naquele anos do meio do século. Basta referir que uma das fontes do autor foi Ellène Sanceau que desenvolveu muito este estilo historiográfico.

Trata-se de um grosso volume onde nada da vida do Santo parece ter ficado esquecido.

Passados dois anos, Augusto Casimiro, mantendo-se fiel ao género histórico, escreve *Dona Catarina de Bragança — Rainha de Inglaterra, Filha de Portugal*. É, também, um volumoso tomo de 560 páginas. Dedicar a obra a um antigo camarada de França — o Prof. Doutor Fernando da Fonseca — que, como ele, entrou em operações na fase final da guerra incorporado

---

<sup>127</sup> Pág. 20.

<sup>128</sup> Pág. 36.

<sup>129</sup> Págs. XIII-XIV.

no mesmo Batalhão do autor. Metodologicamente segue os mesmos processos já utilizados em obras anteriores. Desta vez transcreve com grande frequência correspondência da biografada para o rei de Portugal, seu irmão.

O livro foi escrito tendo por base três outros sobre o mesmo tema — dois de duas historiadoras inglesas e outro de Virgínia Rau. Naturalmente que o autor fez alguma investigação por conta própria, porque agradece no fim da apresentação, aos directores das Biblioteca de Lisboa e da Universidade de Coimbra.

Nesta fase da vida, Augusto Casimiro já tinha abandonado o estilo literário que utilizava vinte ou trinta anos antes e a construção das frases tornou-se mais escorreita, pondo de lado um exagerado adorno retórico que no meio do século seria descabido e quase risível.

O derradeiro livro de Augusto Casimiro dos Santos, intitulado *Angola e o Futuro (Alguns problemas fundamentais)*, publicou-o entre os anos de 1957 e 1961, segundo supomos, já que a edição da Livrolândia Lt.<sup>a</sup> não traz a data.

É uma obra em que o autor, mais uma vez e, muito provavelmente, próximo dos acontecimentos ocorridos em Angola no começo de 1961, manifesta o seu sentir sobre o que é colonizar («— Colonizar deve ser criar, exaltar, renovar, civilizando.»<sup>130</sup>).

Na Introdução faz uma correctíssima análise da forma como os primeiros Portugueses contactaram com os Africanos e como depois da Conferência de Berlim se acelerou o processo de colonização, embora com largos defeitos por parte dos colonizadores. Continua a bater-se pela necessidade de fazer participar o Negro na riqueza que a sua terra lhe pode proporcionar («— Não nos limitaremos a fazer a riqueza de poucos, (...). — Faremos da riqueza criada, cada vez mais, pela participação crescente do maior número no seu usufruto, uma formidável força para a Civilização do negro. — Temos de fazê-lo.»<sup>131</sup>). Depois, condena o método colonizador que ainda se estava a usar em África e chama a atenção para a evolução de todo o processo: «*Em África, nós, brancos, já perdemos muito tempo, e o despertar, à nossa roda, dos povos negros para a aquisição e garantia prática de novos direitos caminha com uma imprevista velocidade. A sua trajectória é irreversível.*

Dos valores, da vida civilizada que, através de quatro séculos, fomos pondo diante dos olhos dos povos africanos, temos de dar-lhes muito mais ainda. *Sem receio de repartirmos com eles, diminuindo-o contra nós, o nosso maravilhoso poder, sem conservá-los demoradamente nas suas posições de inferioridade, mantendo fórmulas e estatutos que não se resignam à sua alteração»*<sup>132</sup>.

A linguagem que utiliza nesta obra é já completamente, ou quase, despida de todos os artifícios e ornamentos linguísticos que lhe eram próprios na juventude e meia-idade; o discurso torna-se linear, claro, preciso.

---

<sup>130</sup> Pág. 12.

<sup>131</sup> Pág. 20, sublinhado nosso.

<sup>132</sup> Pág. 23, sublinhados nossos.

O autor faz uma análise de toda a problemática do esforço colonial que se deveria, ainda, desenvolver com base numa comparação entre Negros e Brancos, não estabelecendo grandes distinções, a não ser aquelas que resultam das disparidades culturais e das evoluções técnicas que se foram verificando entre os Europeus. Por exemplo, a dado passo, afirma que o Negro é mais espiritualista do que os Brancos, porque tem mais a noção da divindade.

Na obra, Augusto Casimiro, enaltece a acção de três Governadores coloniais — Norton de Matos, Vicente Ferreira e Sarmento Rodrigues, entre os quais não nota grande diferença nas linhas de rumo que traçaram, pese embora se note que toda a sua admiração vá para o primeiro e, às vezes, para o segundo por ser um continuador daquele. De Norton de Matos transcreve: «Será um crime de lesa-civilização tomar qualquer medida que mantenha ou tenda a manter a inferioridade do preto; será um crime da mesma natureza deixar de tomar as medidas necessárias para acabar com aquela inferioridade.»<sup>133</sup> e continuava o mesmo alto responsável: «Fazer do indígena de África um agricultor, um artífice independente e livre, possuindo uma gleba de terra, uma pequena oficina, com instrução profissional e instrumentos de trabalho que lhe permitam viver com relativo conforto e produzir mais do que precisa para a alimentação e sustento, inundando assim o mercado de géneros e artefactos de toda a espécie; criar pequenos proprietários ou pequenos industriais, são os fins a que principalmente deve visar a administração e o Governo de uma Colónia como Angola»<sup>134</sup>.

No resto do livro o autor mostra os seus profundos conhecimentos sobre determinadas áreas necessárias à acção do governo de Angola, nomeadamente do ponto de vista agrícola, sanitário e alimentar. Dedicou uma vasta quantidade de páginas da sua grossa obra ao problema da educação e do ensino, em especial o profissional.

Nesta fase da vida de Augusto Casimiro, nota-se com grande clareza que o patriotismo exaltado da juventude e da meia-idade tinha dado lugar a um homem lúcido e ponderado, às vezes frio no seu raciocínio e, acima de tudo, conhecedor das forças históricas e políticas do tempo que vivia, daí que, para ele, colonizar já não fosse o perpetuar de um património herdado e inalienável, mas antes um acto de generosidade para fazer crescer pacificamente um povo que tem direito à autodeterminação e ao usufruto das riquezas que a sua terra lhe oferece. Sente-se que o contacto que foi mantendo ao longo dos anos com as diferentes gerações de colaboradores da *Seara Nova* o enriqueceram e não serviram para o cristalizar em posições saudosistas e passadistas. Augusto Casimiro foi um homem que soube evoluir até ao fim da vida.

Da sua vasta bibliografia — que tão exaustivamente, quanto seria aconselhável nos limites deste ensaio, procurámos dar uma panorâmica — restam dois títulos que, por não estarem datados, mas que presumimos sejam de 1939, guardámos para analisar no fim; são dois pequenos estudos publicados numa colecção intitulada *Cadernos Coloniais*, editados pela Editorial Cosmos: um no *Caderno* n.º 36 e o outro no n.º 46.

---

<sup>133</sup> Pág. 128.

<sup>134</sup> Pág. 129.

O primeiro intitulou-o Augusto Casimiro *Alma africana* e, mais uma vez, vem mostrar o seu entranhado amor pelas coisas de África, em especial angolanas.

Reúne uma pequena série de histórias passadas em Angola, através das quais pretende demonstrar os sentimentos dos Negros daquelas paragens e o estado de evolução das suas culturas. Aliás, na pequena introdução que faz às narrativas, o autor demonstra um superior entendimento do que deveria ser a acção colonizadora, por um profundo conhecimento do modo de reacção dos indígenas à introdução dos costumes europeus. Diz ele:

*Para lá das barreiras que o desconhecimento da língua, a cultura diferente<sup>135</sup>, as actividades por vezes inimigas, ou a nossa menor curiosidade, erguem e mantêm entre as duas raças, nos povos dominados, e que se recordam, — a desconfiança é como um instinto de defesa. Dificulta-nos, venda-nos o passo de uma compreensão mais justa do que é a alma daqueles povos, essa desconfiança que tem por vezes, com o nosso mais grosseiro utilitarismo, uma face que despreza ou odeia.*

*Para a maioria, para os melhores, mais fiéis às tradições da tribo, continuamos sendo o inimigo.*

*Em cada atitude, em cada gesto nosso, o preto vê, antes de tudo um propósito interessado ou inimigo, de consequência nefastas para o seu bem.*

*Cada pergunta nossa para eles tem um fim oculto. E a dissimulação é a arma dos fracos. Nós, para eles, somos infinitamente fortes, diabolicamente poderosos.*

*E eles defendem-se ocultando-nos os sentimentos, quando não podem esconder-nos as aldeias, as suas gentes, os seus negócios e a sua criação.<sup>136</sup>*

Na incompreensão das palavras do autor continuou a colonização durante o Estado Novo e agravou-se no final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando se manifestaram os primeiros desejos autonomistas e aumentou a intransigência política do Governo de Portugal; os movimentos de libertação não fizeram mais, numa primeira fase, do que explorar os velhos sentimentos de desconfiança contra os Europeus e os Portugueses, em especial; só mais tarde, quando a politização das guerrilhas se tornou mais efectiva, é que o inimigo foi definido de um modo diferente e, também, politicamente mais correcto.

Ao segundo *Caderno* deu Augusto Casimiro o nome de *Paisagens de África*, mostrando os seus dotes narrativos em temática de viagens. Oferece-nos uma rápida visão da Ilha Brava (Cabo Verde) e, depois, de algumas paisagens do interior de Angola (em especial da região que vai do Zaire ao Cuanza). O estilo narrativo é sóbrio, embora fazendo, como lhe era habitual até ao final da meia-idade, uso de imagens de retórica («Lá no cimo mergulhei no crepúsculo frio das

---

<sup>135</sup> E nesta passagem chamamos a atenção para a noção que Augusto Casimiro já possuía do conceito «moderno» — sociológico e antropológico — de cultura.

<sup>136</sup> Pág. 3.

névoas, senti a tristeza, o frio das noites douradas.»<sup>137</sup>). Uma vez mais é notável o profundo apego às terras coloniais e ao deslumbramento e atracção que elas exercem sobre o autor.

Não analisámos, nem essa era a nossa intenção, os trabalhos dispersos que Augusto Casimiro semeou em jornais e revistas, nem mesmo nos debruçámos sobre as traduções, que foram numerosas e sobre diferentes temáticas.

## 6. Conclusão

Ao começarmos este ensaio tínhamo-nos proposto, ao mesmo tempo que dávamos a conhecer a vida do Capitão de Infantaria Augusto Casimiro dos Santos, demonstrar que ele tinha, mesmo com sacrifício da carreira e do seu bem-estar pessoal, contribuído para prolongar os ideais republicanos dentro do Estado Novo, muito especialmente como defensor de uma cultura de renascimento nacional e de uma colonização que se encaminhasse para a autonomia dos territórios ultramarinos.

Depois de termos identificado sumariamente os dados biográficos, passámos à análise da vida militar de Augusto Casimiro e verificámos que, depois de nos primeiros anos ter desenvolvido a sua actividade igual à de tantos outros oficiais do Exército, em 1914 iniciou a primeira comissão em Angola que terminou no ano seguinte, muito provavelmente como consequência da ditadura do General Pimenta de Castro. Quase de imediato foi mobilizado para França e ali comportou-se de tal modo que, além de receber sete louvores no espaço de pouco mais de dois anos, foi agraciado com elevadas condecorações militares nacionais e estrangeiras. Foi da sua estadia na Flandres, durante a 1.ª Guerra Mundial, que ganhou a justa fama de grande patriota. Esteve, de novo, em Angola onde desempenhou elevados cargos de carácter civil na Administração do território. Regressado a Portugal em 1928, acabou sendo demitido do Exército no ano de 1931, em consequência do seu envolvimento político na revolta da Ilha da Madeira.

Estudámos, depois a vida de Augusto Casimiro dos Santos enquanto cidadão e aí apercebemo-nos de que, como resultado da sua actividade de escritor, aderiu, talvez em 1912, aos ideais da sociedade «Renascença Portuguesa», sediada no Porto. Como consequência desta adesão ideológica entranhou em si os conceitos estéticos e políticos do patriotismo saudosista que o terão norteado até 1921 ou 1922, ano em que se ligou ao pensamento da «Seara Nova» que, entretanto, havia sido fundada em Lisboa. Verificámos que deve ter sido como resultado destes posicionamentos estéticos, ideológicos e políticos que, no ano de 1930, Casimiro aparece já como opositor à Ditadura Militar, acabando, em consequência, como deportado na Ilha da Madeira onde se envolveu na revolta chefiada pelo General Sousa Dias, chegando a fazer parte da Junta Governativa. O efeito foi a sua demissão do Exército e deportação para Cabo Verde.

---

<sup>137</sup> Pág. 3.



O novo envolvimento actualmente político de Augusto Casimiro ocorreu nas eleições presidenciais de 1949, apoiando a candidatura do General Norton de Matos, de quem era, aliás, amigo pessoal. Desse facto, e por ter procurado repor a verdade de acontecimentos, que os jornais afectos ao Estado Novo haviam distorcido, acabou sendo punido com trinta dias de prisão disciplinar agravada, ele que era, já então, um mero Capitão reformado.

Passámos, por fim, ao estudo da obra literária de Augusto Casimiro e, depois de exaustivamente termos analisado cada um dos títulos por ele publicados, fomos sedimentando a ideia de que, do ponto de vista literário, tendo começado como poeta ainda influenciado pelo Romantismo passou pela estética saudosista e pelo patriotismo partidariamente descomprometido da «Seara Nova». Contudo, o sentido poético fez-se notar mais na prosa, durante a juventude e a meia-idade, através da riqueza de figuras de estilo que desenvolveu. Mais tarde, já no ocaso da produção literária e, até da vida, adoptou um estilo mais singelo e linear, bem de acordo com os tempos que se viviam. Na perspectiva do conteúdo Casimiro situou-se sempre no plano da manifestação do grande amor à Pátria, que não confundia com o nacionalismo do Estado Novo, ao qual se opunha, e de um entranhado interesse pelas temáticas africanas, mostrando um profundo conhecimento do que se deveria entender pela boa colonização diametralmente oposta à que, então, se fazia. O patriotismo e o conhecimento de África não o colocaram na posição de defender os conceitos de um Portugal uno do Minho a Timor; bem pelo contrário, muito cedo deixava já transparecer a ideia de que os territórios de além-mar tinham direito à autonomia e independência, depois de Portugal os ter ajudado a progredir na senda de um crescimento sadio, tanto do ponto de vista económico como político.

Como conclusão, podemos dizer que Augusto Casimiro, tendo sido uma figura de segundo plano na literatura e na política nacionais, foi, contudo, um homem coerente, que transportou, adaptando-os, os conceitos da 1.<sup>a</sup> República para dentro de um regime que se opunha até às mais elementares manifestações democráticas que caracterizaram Portugal entre Outubro de 1910 e Maio de 1926.

Portela de Sacavém, Novembro de 1999

## BIBLIOGRAFIA

A bibliografia apresentada segue o seguinte critério:

- a) Obras de diferentes autores consultadas para a execução do presente ensaio;
- b) Obras de Augusto Casimiro dos Santos que foram consultadas;
- c) Obras de Augusto Casimiro dos Santos que não foram consultadas;
- d) Obras de Augusto Casimiro dos Santos que foram consultadas e existentes na biblioteca do Arquivo Histórico Militar;
- e) Traduções, prefácios e introduções feitos por Augusto Casimiro dos Santos.

## OBRAS CONSULTADAS

- Andrade, João Pedro de — «Seara Nova» in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.
- Arquivo Histórico Militar (AHM)
- Coelho, Jacinto do Prado — «Saudosismo» in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.
  - — «Guerra» in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.
- Farinha, Luís — *O Reviralhismo — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926 – 1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Fraga, Luís M. Alves de — «As Insubordinações Colectivas do Exército Português na Flandres» in *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1991, pp. 73-148.
- Grade, Eurico António Sales — «Os Sócios da Revista Militar desde a sua fundação» in *Revista Militar*, n.º 2373, Outubro de 1999, pp. 1391-1446.
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, s. d..
- *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército e Empregados Civis*, Lisboa, Ministério da Guerra, 1931.
- Lopes, Óscar e Saraiva, António José — *História da Literatura Portuguesa*, (dir.), 16.<sup>a</sup> ed., Porto, Porto Editora, s. d..
- Medina, João (dir.) — *História de Portugal – Volume XIII – O Estado Novo – II Opressão e resistência*, Amadora, Clube Internacional do Livro, s. d. (1995?).

- Rodrigues, Urbano Tavares — «A Águia» in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.
- Rosas, Fernando (dir.) — *Dicionário Histórico do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- Santos, Etelvina — «Augusto Casimiro» in *Dicionário de Literatura Portuguesa* (dir. Álvaro Manuel Machado), Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 110-111
- Serrão, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1997.

#### **OBRAS CONSULTADAS DE AUGUSTO CASIMIRO DOS SANTOS**

- *Sidónio Pais: (algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*, Porto, Livraria Chardron de Léo & Irmão, 1919, 347 pp.
- *Naulila: 1914*, Lisboa, Seara Nova, 1922, 240 pp.
- *Nova Largada: romance de África*, s. l., s. e., (Tip. Seara Nova), 1929, 240 pp.
- *O livro dos cavaleiros*, Lisboa, Coimbra, 1922, 176 pp.
- *Nas trincheiras da Flandres*, 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Renascença Portuguesa, 1919, 246 pp.
- *Cartilha colonial*, Rio de Janeiro, Sociedade Luso Africana, 1936, 146 pp.
- *Alma africana*, Lisboa, Editorial Cosmos, [1939], 45 pp.
- *Momento na eternidade*, s. l., s. e., (Tip. Gráfica Lisbonense), 1939, 47 pp.
- *Paisagem de África*, Lisboa, Editorial Cosmos, [1939], 39 pp.
- *Portugal crioulo*, Lisboa, Cosmos, 1940, 275 pp.
- *A vida continua...: romance*, s. l., s. e., (Impr. Lucas), 1942, 208 pp.
- *Assistência indígena: política de cooperação*, s. l., s. e., (Tip. Costa Carregal), Sep. Jornal do Médico, 1945, 13 pp.
- *Lisboa mourisca: 1147 – 1947*, s. l., s. e., (Vila Nova de Famalicão: Minerva), 1947, 174 pp.
- *Nun'Alvares e o seu monumento*, s. l., s. e., (Tip. Paulino Ferreira), 1950, 41 pp.
- *Portugal atlântico: poemas da África e do mar*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1955, 162 pp.
- *Dona Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, filha de Portugal*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956, 560 pp.
- *Angola e o futuro*, Lisboa, Livrolândia, s. d. [1957 a 1961], 346 pp.
- *S. Francisco de Xavier e os portugueses*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1954, 516 pp.

- *Primavera de Deus*, Porto, Renascença Portuguesa, 1915, 145 pp.
- *Calvários da Flandres: 1918*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920, 213 pp.
- *À Catalunha*, Porto, Renascença Portuguesa, 1914, 42 pp.
- *A primeira nau*, Porto, Renascença Portuguesa, 1912, 19 pp.
- *A victoria do homem*, Coimbra, Livr. Moderna, 1910, 103 pp.
- *Portugal e o mundo: um sentido português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921, 59 pp.

#### **OBRAS DE AUGUSTO CASIMIRO DOS SANTOS QUE NÃO FORAM CONSULTADAS**

- *Livro das bem amadas*, Coimbra, Vianna & Dias, 1921.
- *A tentação do mar*, Coimbra, Typ. Auxiliar d'Escritório, 1911, 13 pp.
- *Para a vida*, Coimbra, Livraria Académica, 1906, 30 pp.
- *A educação popular e a poesia*, Lisboa, Tip. Rodrigues & Luz, 1922, 8 pp.
- *O meu amor: onde está o meu amor?*, Lisboa, Seara Nova, n.º 1 (15Out.1921), p. 25.

#### **OBRAS DE AUGUSTO CASIMIRO DOS SANTOS EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR**

- *Nas trincheiras (fortificações e combate)*, Porto, Renascença Portuguesa, s. d. [1917].

#### **TRADUÇÕES, PREFÁCIOS E INTRODUÇÕES FEITOS POR AUGUSTO CASIMIRO DOS SANTOS**

- *A perdição de Ling-Fu: contos*, (pref.), Castelo Branco, s. e., 1957.
- *A mãe: romance*, (trad.), Lisboa, Inquérito, 1942.
- *Novelas exemplares*, (trad.), (pref.), Lisboa, Inquérito, s. d..
- *Floárea*, (trad.), Lisboa, Inquérito, 1940.
- *Três como tantos*, (trad.), s. l., s. e., 1949.
- *D. Teodósio II*, (trad.), (pref.), Lisboa, Civilização, 1944.
- *A arte da impressão nas terras de além-mar*, (pref.), Porto, Marâmus, 1962.
- *A sinfonia macabra ou a Alemanha e o Mundo*, (pref.), Lisboa, s. e., 1921.
- *Poesias: o músico e o poeta*, (trad.), (pref.), Lisboa, Seara Nova, 1939.
- *Poesia*, (trad.), (intr.), (selec.), s. l., s. e., 1943.